

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**Amilly Dantas da Cruz**

**BALANÇO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA ACERCA DO TRABALHO  
INFANTIL NO PERÍODO DE 2007 a 2016**

Florianópolis

2017

**Amilly Dantas da Cruz**

**BALANÇO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA ACERCA DO TRABALHO  
INFANTIL NO PERÍODO DE 2007 a 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, sob orientação da Professora Dra. Soraya Franzoni Conde.

Florianópolis

2017

**Amilly Dantas da Cruz**

**BALANÇO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA ACERCA DO TRABALHO  
INFANTIL NO PERÍODO DE 2007 a 2016**

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi considerado adequado para a obtenção do Título de Licenciado em Pedagogia, e aprovado em sua forma final.

Florianópolis, 20 de Novembro de 2017.

---

Patrícia Laura Torriglia  
Coordenadora do Curso de Pedagogia

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Soraya Franzoni Conde (Orientadora)  
Universidade Federal de Santa Catarina

**Banca Examinadora**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eneida Oto Shiroma  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Ma. Karina Strohhaecker Lisa Alcubierre  
Professora da Rede Municipal de Florianópolis

---

Dra. Juliana Cruz  
Universidade Federal de Santa Catarina

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por tudo que fez por mim não só durante essa longa jornada acadêmica, mas em todos os momentos da minha vida, por ter me dado força para chegar até aqui e concluir esta etapa e conquistar este sonho, não há palavras que possam descrever minha gratidão.

À minha mãe Vera, por todo apoio em todos os momentos e por ter acreditado em mim, muitas vezes muito mais que eu mesma, a você todo meu amor.

Ao meu namorado Eriqui, por toda paciência, compreensão, motivação e por me acalmar nas crises de choro.

À minha irmã e meus avós que mesmo de longe acompanharam a minha caminhada e me incentivaram a não desistir.

À minha amada turma, por todos os momentos de aprendizagens e alegrias compartilhadas, em especial as minhas eternas amigas Daiane e Bianca, obrigada por estarem ao meu lado e por terem me acolhido tão bem, desejo que nossa amizade permaneça sempre, que possamos lembrar com amor dos bons e maus momentos que vivemos juntas e que possamos viver muitos outros ainda. Sou grata pela amizade vocês.

Ao Pet Pedagogia, por ter me proporcionado momentos de alegrias e aprendizado, foi ali que conheci tantas pessoas maravilhosas que guardo com muito carinho no meu coração.

Aos queridos professores que contribuíram não só com a minha formação profissional, mas pessoal. À minha orientadora Professora Soraya por ter me aceitado e pela ajuda nessa etapa final.

Enfim, a todas as pessoas que de alguma forma fizeram parte dessa caminhada, que torceram por mim e contribuíram para essa conquista, minha eterna gratidão!

## RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo fazer um balanço da produção acadêmica acerca do trabalho infantil nos últimos dez anos no Brasil. Em termos metodológicos, realizamos uma revisão bibliográfica e o levantamento das produções acadêmicas nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), utilizando como palavras-chave os termos: Trabalho infantil, Família e Educação Infantil. Como principais referenciais teóricos nos baseamos em CONDE, 2012; ENGELS, 2004; KLEIN et al.; NOGUEIRA, 1990. Os resultados mostram como as questões familiares, econômicas e culturais são fatores que contribuem para a propagação do trabalho infantil. Apesar de o trabalho infantil ser anterior ao modo capitalista de produção, a bibliografia analisada mostra que, sob o sistema capitalista de produção, o trabalho de crianças e adolescentes se torna explorado e produtor de mais-valia.

**Palavras-chave:** Trabalho Infantil; Família; Capitalismo.

## **LISTA DE SIGLAS**

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

ScieELO - *Scientific Electronic Library Online*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>15</b>
<b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DO TRABALHO INFANTIL .</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>19</b>
<b>A PRODUÇÃO ACADÊMICA ACERCA DO TRABALHO INFANTIL .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1 CAPES.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2 BIBLIOTECA ELETRÔNICA SCIELO .....</b>	<b>19</b>
<b>2.3 ANPEd.....</b>	<b>20</b>
<b>2.4 RESULTADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>20</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>49</b>

## INTRODUÇÃO

Meu interesse em desenvolver uma pesquisa referente a esse tema é decorrente da aproximação com a temática durante a segunda fase do Curso de Pedagogia na disciplina Educação e Trabalho.

Conforme os estudos históricos realizados, o início da Revolução Industrial no século XVIII proporcionou profundas mudanças na sociedade. Com a criação do sistema de fábricas e a substituição em parte do trabalhador por máquinas, a competição entre empresários pela busca do aumento da produção com menor custo acabaram resultando no emprego da força de trabalho infantil, que, por sua vez, trouxe implicações no desenvolvimento, na saúde e na educação das crianças:

A utilização do trabalhador infantil é pensada, primeiramente, em estreita relação com as estratégias dos fabricantes para diminuir seus gastos em matéria de força de trabalho, uma vez que baixíssimos salários eram pagos às crianças: “a terça parte ou a metade do salário do operário adulto”, segundo Engels. (NOGUEIRA, 1990, p. 26)

Neste sentido, diante das discussões feitas nas aulas, compreendi que com essa precoce exploração, as crianças ficavam expostas a riscos desde muito cedo. Embora o trabalho de crianças nas formas tradicionais de vida familiar não seja algo recente, ele se tornou evidente, intenso e frequente no capitalismo. Com o intuito de produzir mais e gastar menos, a utilização do trabalhador infantil foi, e ainda é, estratégia dos fabricantes. Como o uso das máquinas dispensa a força muscular, trabalhadores fortes tornaram-se desnecessários para algumas atividades e mulheres e crianças tornaram-se trabalhadores mais rentáveis, uma vez que custavam mais barato e eram mais ágeis para serviços minuciosos como na fiação e tecelagem.

A medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista maquinaria (MARX apud. NOGUEIRA, 1990, p. 27).

Porém, o trabalho da criança não acontece somente nas fábricas, podendo se dar no meio rural e no espaço doméstico que, não raro, é definido como “ajuda”. Mas até que ponto a participação da criança em determinadas atividades familiares é apenas ajuda? Essa questão, alvo de pesquisas na área do trabalho infantil, desafia as formas contemporâneas de apreensão do problema.



O trabalho é determinado historicamente. Segundo Marx, no trabalho humano encontramos as características fundamentais do ser. Ou seja, da maneira que o trabalho humano é realizado, é possível diferenciar o ser humano das demais espécies, pois este ao contrário dos animais que se adaptam à natureza, a transforma de modo a colocá-la em seu favor, como produzir instrumentos para a satisfação das suas necessidades. Para Engels (2004), o trabalho é muito mais do que a fonte de toda riqueza, “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 2004, p. 13). Portanto, o conhecimento humano é gerado pelo trabalho.

No entanto, o trabalho apresenta um lado negativo quando ele deixa de ser somente um meio de produção do necessário para o sustento de todos e há uma divisão do trabalho e a apropriação privada dos meios e instrumentos de produção por uma classe social que domina e explora os indivíduos que possuem somente a força de trabalho (MANACORDA, 2007). Com isso, na sociedade capitalista, o trabalho apresenta duplo sentido: ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento da humanização, contribui também para o desenvolvimento da alienação do indivíduo que é provocada pelo distanciamento desse do processo e do resultado do seu trabalho.

No século XIX, havia uma grande quantidade de crianças abandonadas nas ruas e de famílias que não tinham condições para criarem seus filhos. Por isso, instituições públicas e privadas religiosas (paróquias) começaram a criar as *workhouses*, estas eram grandes orfanatos próximos às fábricas que tinham a aparência de proporcionar a oportunidade às crianças de terem um “bom futuro”. As crianças eram mobilizadas para as fábricas a partir dos 5-6 anos, o que depois de algum tempo se tornou proibido pela legislação que foi avançando na limitação das idades sucessivamente.

A infância é um objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento, as quais tratam de várias temáticas relacionadas. Apesar do crescente aumento distribuído nessas áreas sobre questões como, a violência sofrida pelas crianças, aprendizagem e desenvolvimento, exploração do trabalho infantil, dentre outras -, “ainda persistem lacunas referentes a um pressuposto basilar para o devido trato do tema: a constituição da infância enquanto um fato histórico e objetivamente constituído” (KLEIN et al. 2009, p. 4).

Publicada na década de 1960, a obra de Philippe Ariès (1981) (apud KLEIN et al., 2009), *História Social da criança e da família*, inaugurou os estudos sobre a história das crianças e tornou-se referência na temática da infância na sociedade moderna.

Ariès realizou um detalhado levantamento e análise de obras de arte e documentos produzidos entre os séculos XIII e XVIII e explicita que o sentimento de infância, tal como conhecemos hoje, é algo que nem sempre existiu e que, inclusive, não existia na Idade Média, constituindo-se como um fato da modernidade (KLEIN et al., 2009, p. 4).

A importância dessa obra consiste no fato de ter se referido à infância de um modo diferente do que ela era reconhecida, atribuindo uma noção histórica dessa categoria e assim, afirmando-a como um “artefato social”. Diante disso, o entendimento de infância vai além de apenas uma condição biológica. Na Idade Média e no início dos tempos modernos, os filhos eram, evidentemente, cuidados e protegidos por seus pais, no seio de uma organização familiar. As crianças eram vistas na sociedade como os adultos pequenos desprovidos de proteção e pudores onde era comum o abandono até a morte como forma de controle de natalidade. A duração da infância se limitava até que ela precisasse de cuidados físicos para a sua sobrevivência, depois disso a criança passava a viver diretamente com os adultos compartilhando do trabalho, das guerras e dos jogos em todos os momentos - o que hoje é visto como inaceitável - e no caso dos pequenos nobres, passavam a ter uma educação que deveria transformá-los em cavaleiros de guerra. A criança não passava pelos estágios da infância estabelecidos pela sociedade atual, sendo então, a duração da infância reduzida (KLEIN et al., 2009).

Alguns valores culturais que ainda predominam no Brasil colocam a criança em situação de vulnerabilidade, pois tais culturas defendem o trabalho precoce como uma solução para as crianças pobres. A política de educação vigente no Brasil até garante o acesso a escola por meio da matrícula, porém não assegura a permanência. Diante disso, a baixa eficácia desse sistema e os desafios para a produção de renda das famílias mais pobres também são fatores que contribuem para a desistência dos estudos e a inserção no trabalho infantil, pois, na falta de uma renda suficiente da família, acaba tornando o trabalho infantil uma necessidade para complementar a renda (AGÊNCIA BRASIL, 20/09/2017).

Crianças pobres são colocadas em posição de criminosos em potencial. “É melhor trabalhar do que roubar” é uma frase comum e bem presente no cotidiano das crianças pobres, e essa ideia acaba dificultando a luta social contra a exploração de crianças e adolescentes no trabalho.

Os dados lançados em uma pesquisa da Organização Internacional do Trabalho<sup>1</sup> (OIT), revelam que 152 milhões de crianças – 64 milhões de meninas e 88 milhões de meninos – entre 5 e 17 anos, encontravam-se em situação de trabalho infantil no ano de 2016. Das crianças que realizam trabalho perigoso, 38% das que têm de 5 a 14 anos e quase dois terços das de 15 a 17 anos trabalham mais de 43 horas por semana. Além disso, estão fora do sistema educacional cerca de um terço das crianças de 5 a 14 anos envolvidas no trabalho infantil (OIT, 2017).

No Brasil, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), qualquer trabalho é proibido a menores de 14 anos, exceto na condição de aprendiz. No entanto, segundo dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a edição de 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2016) constatou que haviam 2,7 milhões de pessoas entre 5 e 17 anos de idade trabalhando no Brasil. Isso representa 15,4% da população na faixa etária correspondente, sendo que 79 mil estavam no grupo de 5 a 9 anos de idade. Comparado aos dados de 2014, houve uma redução correspondente a 659 mil crianças e adolescentes a menos nessa condição. Entre crianças e adolescentes ocupados, 32% estão envolvidas em atividades agrícolas; proporção que chega a 64,7% entre 5 e 13 anos. Porém, embora no conjunto tenha acontecido uma diminuição do número de crianças que trabalham, tem aumentado desde 2013 o número de casos de crianças entre 5 e 9 anos atuando como trabalhadores (AGÊNCIA BRASIL, 20/09/2017).

Apesar de aparecer como um dos assuntos estudados no curso de Pedagogia, partilho da compreensão que este é um tema pouco tratado nas apresentações de Trabalho de Conclusão de Curso e o fato de aparecer em apenas uma disciplina não conseguimos aprofundar na discussão. O primeiro contato com esse tema na graduação me fez refletir sobre o que era considerado trabalho infantil, quais as causas e especialmente se as atividades domésticas se enquadravam como um tipo, pois até então, o que eu havia escutado anterior a minha entrada na Universidade, não foi suficiente para que eu pudesse entender um pouco sobre o assunto. A falta de informações nos impede de ampliar a discussão. Dessa forma, o Trabalho Infantil se caracteriza como um problema social de grande relevância tanto para o curso quanto para mim, não só como futura professora, mas uma mulher, sujeito social que atua sobre a realidade em que vive. No curso de Pedagogia, pouca atenção tem sido dada para a

---

<sup>1</sup> Responsável pela formulação e aplicação das normas internacionais de trabalho, a OIT foi criada logo após o fim da Primeira Guerra Mundial em 1919.

questão das crianças que trabalham, sendo que no Brasil, os dados indicam que não são poucas as crianças nessas condições e inclusive continua aumentando em algumas faixas etárias. O trabalho, que é confundido como ajuda, está geralmente inserido no interior da família, a partir disso, está a importância de se pesquisar essa relação entre trabalho, compreensão das famílias sobre o trabalho e se isso afeta ou não a escolarização. Sendo assim, é importante que o curso olhe também para esse problema, pois ele chega na escola, mesmo que os professores não saibam que ele está lá.

É difícil pensar que uma família apoie a exploração do trabalho infantil, por isso que ao questionar os membros familiares sobre as atividades desenvolvidas pela criança dentro ou fora de casa, é improvável que essas sejam reconhecidas como exploração. É comum que as pessoas enxerguem certas atividades, como ajuda, e para tantas outras pessoas o trabalho é visto como algo educativo. Crianças que realizam inúmeros trabalhos domésticos ou atividades da agricultura têm essas ações justificadas como parte da cultura e educação das famílias, pois estão aprendendo o ofício de seus pais ou ajudando a cuidar da casa, sendo algo que todos devem fazer (CONDE, 2012).

No entanto, arrumar a casa não é apenas um trabalho de ajuda quando as crianças assumem o papel de todas as tarefas que deveriam ser feitas pelos adultos. Porém, há casos em que isso acontece, pois se não for assim, os adultos não conseguiriam trabalhar fora para receber o dinheiro que irá pagar as contas da casa e desta forma, as crianças contribuem diretamente para o sustento de sua família. O trabalho é apresentado como fonte de vida, por isso algumas famílias partem em defesa de que seus filhos trabalhem, pois é preferível que estejam trabalhando a estarem na rua fazendo qualquer outra coisa que seja denominado ruim.

Sendo assim, é importante pensar que se as questões relacionadas ao trabalho infantil ocorrem em parte devido à cultura familiar, isto seria algo que poderia ser mudado, pois nós seres humanos somos produtores de cultura. A cultura não é algo dado à priori e de forma inata, mas ela se constitui e se altera de acordo com o desenvolvimento da história. Diante disso questiono se poderíamos solucionar esse problema, visto que é um problema cultural.

De acordo com nossa experiência de estudante no curso de Pedagogia e pela pesquisa que realizamos, percebemos que o trabalho infantil é um assunto pouco abordado tanto pelos estudiosos do trabalho como entre aqueles que se dedicam aos estudos da infância. Desse fato, decorre a importância de verificarmos o que se tem produzido sobre o trabalho infantil.

A princípio, a proposta seria analisar a percepção das famílias sobre a cultura do trabalho infantil em Santa Catarina a partir da realização de entrevistas feitas com famílias de crianças de uma escola pública do município de Florianópolis. No entanto, não foi possível devido ao curto tempo que nos impediu de obter aprovação pelo Comitê de Ética para pesquisas com seres humanos.

Diante dos fatos acima elencados, este trabalho tem como objetivo geral fazer um balanço da produção acadêmica acerca do trabalho infantil nos últimos dez anos no Brasil, pois num país que tem tantas crianças em situação de trabalho é necessário verificar se a produção acadêmica tem se dedicado a compreensão desse fenômeno e como esse tem sido abordado. Como objetivo específico pretendemos analisar: Que tendências têm aparecido? Como aparece a relação com a família? Dessa forma, o trabalho persegue as seguintes questões: O que tem sido produzido em termos de pesquisas sobre o trabalho infantil? Como aparece a questão da cultura e da educação familiar? O trabalho realizado interfere no rendimento escolar?

A metodologia pensada para desenvolver esse projeto, teve como suporte a pesquisa qualitativa, que segundo Bogdan e Biklen (1994) possui cinco características: o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; o caráter descritivo, o interesse mais pelo processo do que simplesmente pelo resultado; o enfoque indutivo e o significado que as pessoas dão as coisas e a sua vida como preocupação do investigador, onde:

A abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com ideia de que nada é trivial, que tudo em potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objecto de estudo (BOGDAN E BIKLEN, 1994, p. 49).

Entre as estratégias metodológicas efetivadas está levantamento da produção acerca do tema de estudo e a revisão bibliográfica do tema. Esse tipo de pesquisa é conhecida pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (FERREIA, 2002). Para realização da pesquisa, nos amparamos nos autores clássicos que se dedicam as origens

da temática no modo capitalista de produção, sendo estes, ENGELS, 2004; MANACORDA, 2007 e aos seguintes autores contemporâneos: ARROYO 2015; CONDE, 2012; KLEIN et al., 2009; NOGUEIRA, 1990; SILVA, 2003, para tentar entender as formas contemporâneas do problema.

Foi realizada a revisão bibliográfica; levantamento das produções acadêmicas disponíveis na internet sobre o tema junto ao banco de dados dos sites da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), tendo como recorte os últimos dez anos (levando em consideração fazer uma produção atual sobre o trabalho infantil).

O trabalho está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo apresentamos a fundamentação teórica e histórica do tema de estudo e os seus principais aspectos; no segundo capítulo, constam os resultados da pesquisa realizada na internet junto aos sites da CAPES, SciELO e ANPED acerca das produções acadêmicas que tratam sobre o Trabalho Infantil. Por fim, apresentamos as considerações finais.

## CAPÍTULO I

### FUNDAMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DO TRABALHO INFANTIL

Neste capítulo descrevemos as dimensões teóricas da pesquisa apresentando como as mudanças do mundo do trabalho influenciaram na exploração da criança, o que é o trabalho infantil, como este trabalho aparece assumindo a forma de ajuda quando inserido no meio familiar, como também é visto sendo algo educativo e um meio de aprender um ofício.

As transformações que ocorreram no mundo do trabalho com o advento do modo capitalista de produção, resultantes na consolidação da indústria fabril e da divisão social do trabalho, repercutem no cotidiano dos trabalhadores, assumindo a forma de desemprego, precarização das novas formas de produção e das relações de trabalho, informalidade, trabalho infantil (NOGUEIRA, 1990).

Silva (2003) chama atenção que ao falar sobre trabalho infantil é possível confundí-lo com qualquer tipo de trabalho de crianças, como, o trabalho como princípio educativo, por exemplo. Essa reflexão advinda do senso comum acaba generalizando e banalizando a expressão *trabalho infantil* de forma que omite o caráter de classe ali contido. Diante disso, Silva (2003) afirma que a imprecisão de caráter ideológico e epistemológico,

Resulta que toda essa polêmica, ao gerar dúvidas e equívocos naturalizando o fenômeno da exploração do trabalho infantil, termina, com isso, por trazer consequências epistemológicas e políticas, uma vez que mitiga as críticas e as lutas sociais contra obsolescência do sistema capitalista (SILVA, 2003, p.27).

Neste trabalho, fazemos uso do termo trabalho infantil para caracterizar a capacidade de trabalho de crianças e adolescentes que é explorada pelo capital.

A progressiva divisão do trabalho passa a exigir dos trabalhadores uma especialização cada vez maior à execução de alguma demanda específica no processo de trabalho. Como um mesmo indivíduo não possui todas as qualidades exigidas para cada tipo de tarefa, a decomposição do processo de trabalho torna-se um dos determinantes do emprego da força de trabalho infantil. O trabalho infantil faz parte da realidade cotidiana de grande parcela da classe trabalhadora e, em virtude do nível inferior de especialização, apresenta-se como uma força de trabalho mais barata em relação à adulta. O trabalho sem carteira assinada é uma realidade para as crianças trabalhadoras uma vez que todo trabalho infantil, antes dos quatorze anos, é proibido no Brasil. Para Arroyo (2015):

Não se “erradica” o trabalho na infância sem erradicar o trabalho informal de sobrevivência a quais são condenados milhões de jovens-adultos. Os dados mostram que ele cresce funcional ao desenvolvimento do capital, toda a família, inclusive as crianças-adolescentes, será obrigada a trabalhos informais de sobrevivência. A flexibilização, a irregularidade do emprego e a redução dos direitos dos trabalhadores alimentam o trabalho da criança e do adolescente (ARROYO; 2015, p. 37).

Considera-se trabalho infantil todo aquele trabalho executado em desrespeito a idade mínima para o trabalho. Conforme a Constituição Federal (1988) é proibido o trabalho para menores de 16 anos de idade, exceto na condição de aprendiz, que pode ocorrer a partir dos 14 anos de idade. O trabalho mediante o contrato de aprendizagem é permitido porque enquanto o adolescente está trabalhando, ele está também no curso profissionalizante. Isso é visto como uma alternativa para o adolescente que estava inserido no trabalho infantil. Entretanto, as pesquisas mostram que os adolescentes inseridos no trabalho aprendiz acabam desenvolvendo atividades simples e repetitivas e sem formação profissionalizante correspondente.

Ainda é muito comum andarmos na rua e encontrarmos crianças se arriscando todos os dias, vendendo doces e outros produtos, ou melhor, passando o dia vendendo sua infância para colaborar no sustento da família. Inserido no contexto histórico-cultural, o trabalho realizado por crianças e adolescentes não só no meio urbano, mas principalmente na agricultura assume um caráter de aprendiz, uma oportunidade de a prática cotidiana ter uma preparação para o futuro, além de ser visto como ajuda especialmente se esse acontece no âmbito familiar sendo um meio de valorização da atividade realizada pelos pais. O trabalho da criança muitas vezes ocorre neste contexto, onde a própria família apresenta dificuldades de compreender o que é ajuda e o que é exploração. Dessa forma, constitui-se no senso comum, um discurso de legitimação do trabalho, pois a educação e o trabalho se confundem e o processo educativo da criança ocorre neste meio de educação e de trabalho.

Segundo Conde (2012),

Como o trabalho da criança ocorre no âmbito familiar, ele é confundido com ajuda educativa (aparência fenomênica que brota do objeto empírico), desvelada, pela reflexão teórica dialética, como trabalho infantil explorado relacionado com a produção da mais-valia na sociedade capitalista. Essa forma de exploração diferencia-se da real ajuda à organização da vida familiar onde as crianças organizam seus brinquedos, retiram o prato da mesa após a refeição ou ainda lavam a louça que utilizaram. Essa ajuda é diferente de ter que colher folhas de fumo durante as férias ou ainda de ter que ser responsável



pela limpeza da casa e pelo almoço dos adultos da família. A compreensão das famílias pesquisadas acerca do trabalho educativo (nesse caso chamado de ajuda pelos trabalhadores rurais) tem como pressuposto a concepção de trabalho como produtor de valores de uso (CONDE, 2012, p. 170-171).

Conde (2012), ainda em sua pesquisa sobre o trabalho infantil na fumicultura catarinense, coletou depoimentos e desenhos de crianças que estudavam em escolas situadas nas regiões fumicultoras e constatou que um grande número de crianças trabalha muito, principalmente nas férias escolares e nos fins de semana, que é exatamente o lugar onde a escola não está, ou seja, onde as crianças mais trabalham.

Os depoimentos revelam que as crianças e os adolescentes do campo desenvolvem inúmeros trabalhos rurais e domésticos: dar trato aos animais, colher, plantar, podar, regar, capinar, limpar a casa, fazer comida, fazer manilhas, trabalhar na granja, na madeireira etc. As atividades são realizadas em contexto familiar e, algumas vezes, não familiar (CONDE, 2012, p. 171).

Em sua análise, a autora questiona a relação entre cultura e classe, entendendo que não há cultura, em termos de hábitos e costumes, que se estabelecem e edificam fora das necessidades reais:

A constante relação que a sociedade faz entre a exploração de crianças e a cultura familiar do campo esconde, não por acaso, um problema de classe, pois o trabalho precoce aparece associado à cultura e à educação (CONDE, 2012, p. 83).

Ao trabalhar juntamente com seus familiares, a criança acaba fazendo parte da produção que apesar de ser vista como colaboração do rendimento da família, não deixa de ser explorada e é voltada à produção de um produto final. O trabalho doméstico também pode ser visto como um trabalho de exploração, pois quando a criança o realiza para poupar os adultos da família que não o fizeram, acaba substituindo as mães e um adulto no trabalho doméstico, o que torna mais difícil a compreensão do trabalho infantil, visto que essa criança está realizando um trabalho doméstico e não está nem produzindo um produto que será vendido, mas está sim, substituindo o trabalho de um adulto que está realizando uma outra atividade para o sustento familiar. Diante disso, a criança apresenta-se como parte intrínseca da economia familiar. Ainda segundo Conde (2012):

O trabalho domiciliar conjugado com o trabalho assalariado existe desde os primórdios do sistema capitalista na Inglaterra. Segundo Marx (1988), a produção capitalista do século XIX movimenta por fios invisíveis trabalhos familiares, realizados em espaços privados, por sistema de produtividade, e nele toda a família, incluindo as

crianças, trabalham na produção. Portanto, desde o nascimento da produção capitalista, a “ajuda” familiar está presente nas diversas formas de assalariamento (CONDE, 2012, p. 78-79).

Há quem acredite que esses não são trabalhos penosos que são pequenas atividades que auxiliam na manutenção da própria família. Porém, é um grande equívoco pensar que essas atividades que as crianças estão fazendo é apenas um trabalho que ajuda a família e que não apresenta uma agressividade para a criança e o adolescente. Esse trabalho que sustenta a família é o mesmo que produz consequências negativas sobre o desenvolvimento emocional, físico e profissional das crianças, além de contribuir para entrada tardia na escola, os baixos desempenhos, pouca frequência e constante evasão escolar.

Por fim, o Capítulo I apresenta como o trabalho infantil está inserido num contexto histórico-cultural e é encontrado tanto no meio urbano, quanto no meio rural, além disso, assume um caráter de aprendizado e tem um discurso moralizador de a prática cotidiana ser uma preparação para o futuro. A entrada da criança e do adolescente no mercado de trabalho está, portanto, ligada as questões familiares, culturais, educacionais e econômicas, onde, a criança assume a forma de trabalhador, realizando atividades que prejudicam o seu desenvolvimento físico, emocional e profissional.

Sob a luz dessas bases referenciais amparamos nossa análise e fomos em busca das produções acadêmicas disponíveis na internet acerca do Trabalho Infantil levando em consideração as percepções das famílias e a relação com a educação infantil, a qual apresentamos no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO II

### A PRODUÇÃO ACADÊMICA ACERCA DO TRABALHO INFANTIL

Neste capítulo iremos apresentar os resultados do levantamento das produções acadêmicas disponíveis na internet acerca do Trabalho Infantil realizado nos bancos de dados dos sites da Capes, SciELO e da ANPEd, tendo como recorte os últimos dez anos (2007-2016) – e, no caso da ANPEd, no período de 2005 – 2017, sendo as últimas dez reuniões - e as produções no idioma português brasileiro. Para a análise e descrição dos trabalhos apresentadas foi realizada a leitura dos resumos dos trabalhos.

#### 2.1 CAPES

O Portal de Periódicos, Capes, é uma biblioteca virtual que, conforme o histórico apresentado na própria página da internet<sup>2</sup> foi oficialmente lançado em 11 de novembro de 2000. Com o objetivo de promover o fortalecimento dos programas de pós-graduação no Brasil no início, o Portal contava com um acervo de 1.419 periódicos e nove bases referenciais em todas as áreas do conhecimento. Atualmente contém um acervo com mais de 38 mil títulos com textos completos, 134 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

Para efetuar a pesquisa no site da CAPES, (22 e 24/10/2017) utilizamos a ferramenta de *busca avançada*, com recorte dos últimos dez anos, das produções em português. A técnica adotada foi o uso do termo “Trabalho Infantil” no primeiro campo combinado com os demais termos (Família e Educação Infantil) no segundo campo. A ordem dos termos não modificava o resultado da busca.

#### 2.2 BIBLIOTECA ELETRÔNICA SCIELO

Resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, a SciELO é uma biblioteca eletrônica que possui uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros, que em 2002, passou a contar com o apoio do CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Conforme dados apontados pelo site o

---

<sup>2</sup> Disponível em: < [http://www-periodicos-capes-gov-br.ez46.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com\\_pcontent&view=pcontent&alias=historico&Itemid=100](http://www-periodicos-capes-gov-br.ez46.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=historico&Itemid=100)>. Acesso em: 24 Out. 2017.

número de produções disponíveis chega a 1.447 periódicos, 49.910 fascículos e 713.987 artigos<sup>3</sup>.

No site da SciELO, (25 e 26/10/2017) utilizamos o termo “Trabalho Infantil” no primeiro campo alterando somente as palavras do segundo campo de busca

### 2.3 ANPED

Fundada em 16 de Março de 1978, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação é uma entidade sem fins lucrativos. Totalizando 124 programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, juntamente com professores e estudantes vinculados a estes programas e demais pesquisadores da área, realiza encontros anuais com apresentações de trabalhos em seus vinte e três GTs temáticos (grupos de trabalhos), que congregam pesquisadores de áreas de conhecimento especializadas<sup>4</sup>.

Por consideramos que esses são os grupos que melhor se encaixam ao recorte temático deste estudo, para o desenvolvimento da pesquisa no site da ANPED selecionamos o Grupo de Trabalho 07 “Educação de Crianças de 0 a 6 anos” e o Grupo de Trabalho 09 “Trabalho e Educação”. Na *home page* iniciamos a pesquisa acessando o link “Reuniões Científicas<sup>5</sup>” onde escolhemos a(as) reunião (ões) (28<sup>a</sup>, 29<sup>a</sup>, 30<sup>a</sup>, 31<sup>a</sup>, 32<sup>a</sup>, 33<sup>a</sup>, 34<sup>a</sup>, 35<sup>a</sup>, 36<sup>a</sup> e 37<sup>a</sup>), depois acessamos o link “Trabalhos” onde escolhemos os GT 07 e GT 09 e em seguida aparecem listados os trabalhos apresentados.

### 2.4 RESULTADOS DA PESQUISA

A tabela a seguir apresenta os resultados da busca ao combinarmos o termo “Trabalho Infantil” com os termos “Família” e “Educação Infantil”.

Portal	Termo utilizado	Número de produções encontradas	Número de produções que abordavam o tema
Capes	Trabalho infantil + Família	190	14
	Trabalho infantil + Educação Infantil	203	15
SciELO	Trabalho infantil + Família	98	06 (porém cinco dessas, já haviam sido encontradas no site da Capes).
	Trabalho infantil + Educação Infantil	234	09 (porém sete dessas, já haviam sido encontradas no site da Capes).

<sup>3</sup> Disponível em: < <http://www.scielo.org/php/index.php?lang=pt> >. Acesso em: 24 Out. 2017.

<sup>4</sup> Disponível em: < <http://www.anped.org.br/> >. Acesso em: 26 Out. 2017.

<sup>5</sup> Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional> >. Acesso em: 26 Out. 2017.

Portal	Grupo de Trabalho	Número de produções encontradas	Número de produções que abordavam o tema
ANPEd	GT 07 "Educação de Crianças de 0 a 6 anos"	181	01
	GT 09 "Trabalho e Educação"	147	04 (porém um já havia sido encontrado no site da Capes).

Abaixo estão descritas as produções encontradas nos portais na busca com o uso do termo “família” que abordavam a temática:

- Artigo: “Trabalho infantil no Brasil urbano: qual a importância da estrutura familiar?”- (MESQUITA; RAMALHO, 2015). Utilizando dados do Censo Demográfico de 2010 e um modelo Probit<sup>6</sup> para a decisão de oferta de trabalho infantil, esse artigo objetivou conhecer a importância da estrutura familiar no ocasionamento do trabalho infantil no meio urbano no Brasil. Os resultados relevaram que meninos, com 14 anos de idade e cujo pai (mãe) não possui instrução, tendem à entrada precoce no mercado de trabalho. Assim como, crianças de lares com mães solteiras possuem maior chance de trabalharem quando comparadas às crianças que possuem os dois pais. A condição desfavorável das crianças em lares monoparentais apenas é eliminada somente quando a renda domiciliar atingir um patamar elevado o suficiente para diminuir a probabilidade de trabalho infantil;
- Artigo: “Trabalho infantil doméstico no interior dos lares: as faces da invisibilidade”- (PATRIOTA; ALBERTO, 2014). Este trabalho foi resultado de uma pesquisa qualitativa com aplicação de um questionário e da entrevista semiestruturada, tratados com a análise de conteúdo. Realizada em duas escolas da rede municipal de ensino da cidade de João Pessoa, onde participaram crianças e adolescentes com idades entre 8 e 18 anos, a pesquisa teve o objetivo de caracterizar as atividades e as condições de trabalho doméstico desenvolvidas por crianças e adolescentes na própria casa, como também, refletir sobre o caráter de invisibilidade desse tipo de trabalho infantil. No questionário participaram 435, sendo 61 trabalhadores e na entrevista participaram 16.

<sup>6</sup> Sistema para análises de estatísticas, sendo um tipo de modelo de classificação binária apropriado para uma análise de conjuntos de dados medidos em unidades do tipo Sim ou Não.

Como resultado constatou-se que as crianças começam desde cedo a desempenhar um conjunto de atividades como cuidar da casa, das pessoas e da alimentação. Esse tipo de trabalho acaba não sendo visto como trabalho, pois assumem um caráter de ajuda e de participação da vida social. Apesar de invisível, foram identificadas queixas de cansaço, fadiga, sobrecarga e comprometimento das atividades escolares;

- Artigo: “PROJOVEM adolescente enquanto política pública sócio educativa no combate ao trabalho infantil” - (MOURA; COSTA, 2015). Utilizando o método hipotético-dedutivo para a realização de uma pesquisa bibliográfica, o estudo objetivou averiguar como o Direito da Criança e do Adolescente estabelece estratégias de ação no sistema de garantias de direitos para a prevenção e erradicação do trabalho infantil, notadamente quanto às políticas públicas. O trabalho aborda o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos (Projovem Adolescente), como política pública efetiva para recuperar o desenvolvimento humano de jovens explorados pelo trabalho precoce. Como resultado constatou-se que a integração entre os programas sociais, característica marcante do Projovem Adolescente, tem sido uma ferramenta interessante e eficaz no combate à exploração da mão de obra de crianças e adolescentes. No entanto, ainda se faz necessária uma maior colaboração entre família, Estado e sociedade, para garantir maior abrangência das políticas públicas direcionadas à infância, como apresentado no art. 227 da Constituição Federal;
- Artigo: “A prática do trabalho infantil entre os beneficiários do Programa Bolsa-Escola Belo Horizonte: um estudo sobre os determinantes sociodemográficos”- (DINIZ et al., 2012). Com o objetivo de estudar as características das famílias com e sem registro de trabalho infantil inscritas no Programa Bolsa-Escola de Belo Horizonte e comparar os dois grupos para se detectar fatores possivelmente associados ao trabalho infantil, esse trabalho foi realizado com um estudo transversal com 9.252 famílias participantes do programa, de 2003 a 2006, dentre as quais 1.293 (13,9%) apresentavam registro de trabalho infantil, tendo em foco as características do domicílio, da mãe e da família. O estudo revelou a

ausência do cônjuge no domicílio, baixa escolaridade da mãe e inserção trabalhista da mãe a relação positiva entre a ocorrência do trabalho infantil e o maior número de pessoas na casa. Além disso, observou que apesar da consolidação do programa, o trabalho infantil continua presente entre os bolsistas e outros fatores podem contribuir para inserção precoce no mercado de trabalho além da pobreza;

- Artigo: “Trabalho Infantil como empecilho ao desenvolvimento das crianças e adolescentes e a promoção do trabalho decente” - (MOURA; COSTA, 2014). Para a realização deste estudo foi utilizada a pesquisa a bibliográfica (artigos e livros) e o método utilizado foi o hipotético-dedutivo. Primeiramente foi realizada a análise dos fatores que ocasionam o trabalho infantil e suas principais consequências, e depois a busca do referencial mais específico no que tange políticas públicas intersetoriais e sua aplicação nas diversas consequências e fatores do trabalho infantil. O estudo pretendeu analisar de que formas o trabalho infantil aparece como um grande empecilho ao trabalho decente e ao desenvolvimento humano, tendo em consideração não apenas seus efeitos imediatos, como também suas consequências futuras na vida das crianças e adolescentes explorados. Da mesma maneira, pretendeu-se compreender o trabalho infantil enquanto fenômeno multifatorial, analisando suas principais consequências no desenvolvimento da infância. Essa análise possibilitou perceber que há várias causas, formas e consequências do trabalho infantil. Por fim, concluiu-se que o Estado deve implantar instrumentos capazes de viabilizar os direitos, de forma a combater a exclusão e garantir a cidadania, de fato e de direito. Sendo assim, a necessidade de políticas públicas intersetoriais, no caso dos direitos das crianças e dos adolescentes, devem contar com a participação do Estado, da sociedade, da família, e da iniciativa privada;
- Artigo: “Impactos do programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar” - (CACCIAMALI; TATEI; BATISTA, 2010). O presente estudo buscou analisar o impacto do Programa Bolsa Família sobre a incidência de trabalho infantil e a frequência escolar das crianças de famílias pobres no Brasil em 2004, segundo a situação censitária e regional. Foi utilizado um modelo probit bivariado para o

cálculo dos testes estatísticos, que estimou conjuntamente as opções trabalhar e estudar dos jovens. Os resultados indicaram a eficiência do Programa Bolsa Família em elevar a frequência escolar das crianças; no entanto, ressaltam que o Programa apresenta efeitos perversos sobre a incidência de trabalho infantil, elevando a probabilidade de sua ocorrência. Outrossim, crianças de famílias pobres situadas em áreas rurais apresentam piores condições em relação àquelas de áreas urbanas, demandando ações específicas a seu favor;

- Artigo: “O que conhecemos sobre o trabalho infantil?” - (KASSOUF, 2007). O interesse em pesquisas e análises econômicas sobre o trabalho infantil ressurgiu por volta de 1995, principalmente graças à crescente ênfase na redução da pobreza e na acumulação de capital humano para se obter desenvolvimento, que faz com que o trabalho de crianças seja visto como um impedimento ao progresso econômico. As análises empíricas visando obter as causas, consequências e soluções para o trabalho infantil estão agora sendo facilitadas pelo aumento da disponibilidade de microdados e pelas facilidades do acesso a tecnologia disponíveis. A pobreza, a escolaridade dos pais, o tamanho e a estrutura da família, o sexo do chefe, idade em que os pais começaram a trabalhar e o local de residência são os determinantes mais analisados e dos mais importantes para explicar a alocação do tempo da criança para o trabalho. As principais consequências socioeconômicas do trabalho de crianças e de adolescentes são sobre a educação, o salário e a saúde dos indivíduos. Este estudo teve como objetivo apresentar, de forma resumida, o que se conhece na literatura econômica sobre trabalho infantil e indicar direções para futuros estudos;
- Artigo: “Potencialidades e limites do programa de erradicação do trabalho infantil (PETI) no território do sisal/Brasil” - (LIMA, 2009). Por muito tempo o trabalho infanto-juvenil foi considerado uma prática natural como parte do processo de socialização das crianças e forma de prevenção contra o ócio e a criminalidade. No Brasil, essa cultura começou a ser proibida nas últimas décadas do século XX por meio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), política pública que propõe o combate ao trabalho infanto-juvenil, encaminhando as



crianças e os adolescentes à escola em tempo integral. O trabalho teve o objetivo de analisar as mudanças sócio-familiares proporcionadas por esse Programa indicando suas potencialidades e limites. Para isto, foram realizadas entrevistas com beneficiários do Programa, pais, coordenadores, professores-monitores e egressos, através de grupos focais ou com questionários;

- Artigo: “Situação de mendicância, trabalho precoce e prostituição infantil envolvendo crianças e adolescentes em Londrina, Estado do Paraná – 2006” - (MARTINS; JORGE, 2009). A pesquisa, de natureza descritiva, objetivou estudar as circunstâncias da mendicância, trabalho e prostituição infantil que estavam envolvidos menores de 15 anos residentes em Londrina, Estado do Paraná, notificadas aos Conselhos Tutelares, em 2006. Os dados foram coletados nos prontuários dos Conselhos Tutelares, utilizando-se formulário com questões fechadas, e analisados pelo programa Epi Info. Foram estudados 27 casos, 55,6% de meninas e 44,4% de meninos, com idades de 11 anos para os meninos (33,3%) e oito anos para as meninas (26,7%). Os principais agressores foram a mãe (37,0%) e o pai (37,0%), com idade predominante de 30 a 34 anos para os homens (58,3%) e de 20 a 24 para as mulheres (40,0%). Entre os meninos, destacou-se trabalho infantil (58,3%) e mendicância (41,7%). Entre as meninas, mendicância (53,3%), prostituição (33,3%) e trabalho infantil (13,3%). Concluiu-se que se faz necessário a participação da sociedade no combate desses tipos de violência tão graves para a criança e o adolescente. Deve ser prioritária a participação de todos os segmentos sociais, instâncias executivas e legislativas a fim de formular, acompanhar e avaliar políticas voltadas para a redução do trabalho infantil, da problemática das crianças de rua e, principalmente, da exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Artigo: “O agronegócio e o problema do trabalho infantil” - (MARIN, 2010). Partindo da hipótese de que a globalização da economia e a internacionalização dos direitos das crianças evidenciam o problema do trabalho infantil, exigindo, portanto, a mobilização dos setores empresariais vinculados às cadeias produtivas do agronegócio no Brasil, o artigo buscou identificar e analisar os motivos que levaram alguns

setores do agronegócio a entrarem na luta pela erradicação do trabalho infantil no Brasil, estimulada por organismos internacionais de defesa dos direitos da infância e da adolescência. O artigo foi dividido em quatro seções inter-relacionadas. Na primeira, procurou-se evidenciar a interferência de problemas sociais e trabalhistas no âmbito das atividades econômicas de setores do agronegócio, no atual contexto da globalização. Na sequência, são estudados os principais investimentos da Organização das Nações Unidas, do Unicef e da Organização Internacional do Trabalho para internalizar os direitos da infância e as políticas de combate ao trabalho infantil, destacando suas repercussões no Brasil. Na terceira, são analisadas as estratégias adotadas por empresas vinculadas ao agronegócio para evitar a exploração da mão de obra infantil em suas cadeias produtivas. Por último, buscou-se compreender os motivos que levaram os empresários do agronegócio a se integrarem na luta contra o trabalho infantil. Concluiu-se que as empresas vinculadas ao agronegócio aderiram aos propósitos de combate ao trabalho infantil em virtude da internacionalização dos direitos das crianças e adolescentes, da inclusão de cláusulas sociais nos mercados internacionais, da intensificação da fiscalização do poder público, do crescimento de ações de responsabilidade social empresarial e do aumento da consciência dos consumidores;

- Artigo: “Estrutura e organização do trabalho infantil em situação de rua em Belo Horizonte, MG, Brasil”- (CRUZ; ASSUNÇÃO, 2008). O objetivo desse estudo foi analisar a estrutura e as práticas de trabalho infantil em situação de rua, com foco nas estratégias e no papel das famílias. Para isso, foi utilizado a combinação de técnicas de observação da atividade, entrevistas simultâneas e entrevistas fora do local da atividade. Como resultado constatou-se a influência das famílias e da comunidade na execução das atividades e a mobilização de estratégias, com o intuito de alcançar os objetivos de trabalho. A partir disso, mostrou-se a aceitação e a participação familiar e da sociedade na estruturação do trabalho infantil;
- Artigo: “Determinantes da inserção precoce no mercado de trabalho em Viçosa, MG: Uma abordagem econométrica”- (LÍRIO et al., 2013). Esse

artigo objetivou-se a verificar as causas da inserção de crianças e jovens no mercado de trabalho em Viçosa-MG. A partir de um modelo Probit, foram coletados 130 dados necessários para a estimação com famílias inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Os resultados mostraram homens negros aumentam as chances de inserção precoce ao mercado de trabalho, as famílias com mais estabilidade de renda e mães que possuem um maior nível de escolarização exercem efeito contrário à probabilidade de ingresso das crianças e jovens no mercado de trabalho, e que as famílias com problemas alcoólicos predisõem à inserção mais rápida no mercado de trabalho;

- Recurso Textual/Dissertação: “Trabalho infantil: uma discussão no fio da navalha”- (SILVA; BARROS, 2008). Baseado no método materialista histórico e dialético, o trabalho apresentado é uma pesquisa qualitativa que buscou compreender como as questões socioeconômicas, políticas e culturais, nas famílias fumicultoras, criam condições para o trabalho precoce de crianças e de adolescentes na agricultura familiar no Município de Passo do Sobrado – RS. Diante da necessidade de sobrevivência da família e do processo de educação, socialização e repasse de valores culturais, o principal objetivo foi investigar como essas famílias entendem o trabalho infantil. Além disso, teve como objetivos específicos conhecer as principais razões que levam à inserção da mão de obra infantil em atividades voltadas ao trabalho na agricultura ou no trabalho doméstico, no contexto da fumicultura em Passo do Sobrado; descobrir como os significados atribuídos ao trabalho infantil contribuem para inserção de crianças e adolescentes na agricultura familiar; investigar como acontece o relacionamento da família no espaço doméstico e no espaço de trabalho, objetivando a sobrevivência e melhorias na renda familiar;
- Artigo: “Um dia na vida de irmãos que cuidam de irmãos”- (DELLAZANNA et al., 2010). A pesquisa teve como objetivo descrever a rotina de adolescentes de baixa renda que cuidam de seus irmãos. Foi utilizada uma ficha de dados sociodemográficos, genograma familiar e entrevista semiestruturada sobre um dia de suas vidas, onde participaram 20 adolescentes de 12 a 16 anos. As atividades relatadas foram

organizadas em cinco categorias: cuidado pessoal, cuidado dos irmãos, domésticas, escolares e de lazer. Os participantes foram divididos em três grupos a partir das atividades: responsáveis pelo cuidado dos irmãos, os que ajudam suas mães e os que não realizam essas atividades. Segundo os resultados, adolescentes de ambos os sexos cuidam dos irmãos, no entanto, são as meninas as que mais assumem as atividades domésticas, além disso, ficou em evidência que ao ficarem responsáveis pelos cuidados, tinham suas atividades escolares e de lazer prejudicadas.

Artigo:

- “Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o “paradoxo da riqueza” ”- (KASSOUF; SANTOS, 2010). O objetivo deste estudo foi investigar os efeitos da riqueza familiar no meio rural, mensurada pelo tamanho da propriedade agrícola, sobre a probabilidade de ocorrência do trabalho infantil agrícola. O uso dos microdados da PNAD de 2006, e tendo controle das principais características individuais, demográficas e familiares que potencialmente afetam o trabalho infantil agrícola, possibilitou isolar o efeito da riqueza familiar agrícola. Como resultado constatou-se que o controle sobre a idade, gênero, raça, efeitos regionais, características da mãe e da família, há diferença na probabilidade de um indivíduo trabalhar precocemente devido às diferenças na riqueza de sua família. Observou-se que a probabilidade de uma criança trabalhar em função do tamanho da propriedade agrícola segue uma parábola com vértice para cima, apresentando que de acordo com o aumento da propriedade agrícola a probabilidade de crianças trabalharem em atividades agrícolas e pecuárias são maiores até atingir um ponto (76 ha) a partir do qual ocorre redução do trabalho infantil nessas atividades.

Produções encontradas com o termo “Educação Infantil”:

- Dissertação: “Trabalho infantil e desenvolvimento na perspectiva de profissionais da educação e famílias” – (MATOVANI, 2012). Vinculado ao Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, essa pesquisa teve como objeto de estudo as representações sociais construídas e compartilhadas entre sujeitos que experienciaram o trabalho infantil na infância e/ou dão aulas

para crianças e adolescentes trabalhadores. Com a participação de profissionais da educação e famílias oriundos de duas escolas públicas estaduais do município de Presidente Prudente/SP, a pesquisa foi dividida em duas fases. Na primeira, foi aplicado um questionário, em ambas as escolas, o qual foi respondido por 45 profissionais da educação e 72 famílias. Na segunda a realização de entrevistas semiestruturadas com oito profissionais da educação os quais foram indicados pela direção/coordenação de uma das escolas e quatro famílias, sendo duas que eram a favor ao trabalho infantil e duas que não o aprovavam. A pesquisa teve como objetivo compreender representações sociais de profissionais da educação e famílias sobre o trabalho e o trabalho infantil e a sua visão acerca do (s) impactos (s) sobre de crianças e adolescentes trabalhadores (a)s, principalmente nas áreas de educação e desenvolvimento. Os resultados apresentam uma diversidade de sentidos envolta nas representações sociais do trabalho infantil, o qual foi percebido como contribuinte ao desenvolvimento social e psicológico, mas também como risco ao desenvolvimento fisiológico e à escolarização, e cabe ressaltar que entre as famílias realçou a presença de ambivalência na compreensão dos impactos do trabalho infantil sobre o desenvolvimento;

- Artigo: “Uma existência precarizada: o cuidado da prole no trabalho de catação de material reciclável” - (GOMES; FERRAZ, 2012). Esse artigo teve como objetivo apresentar os motivos que levam os pais a inserirem seus filhos em idade precoce no trabalho de catador de material reciclável. Por meio de um estudo qualitativo, foi realizada entrevista com 15 pais e 24 mães catadoras. Como resultado, constatou-se que ensinar e proteger seus filhos por meio do trabalho é uma motivação quase tão importante para os pais e mães quanto suprir as necessidades financeiras. Por fim, pais e mães consideram a inserção de seus filhos na catação uma forma de cuidado;
- Artigo: “Trabalho infantil: representações sociais de sua instituição em Blumenau/SC” - (MARCHI, 2013). Esse artigo teve como objetivo discutir dados de pesquisas que pretendiam compreender representações sociais sobre "escola", "trabalho infantil" e os significados de "criança" e

"infância" juntamente com os pais, professores e as crianças e adolescentes participantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). O estudo apontou que, para as crianças e pais, o trabalho infantil é uma necessidade, e vêem este como recurso legítimo na busca por minimizar as dificuldades de sobrevivência, sendo assim, as crianças se sentem do "dever" de ajudar. Além disso, constatou que a inserção no PETI proporcionaram mudanças como: melhor aproveitamento escolar, novas experiências e aprendizados (esportes, cursos), mais tempo para brincar e alteração na percepção da responsabilidade com o sustento familiar por parte das crianças;

- Artigo: "A escola e a exploração do Trabalho Infantil na fumicultura Catarinense" - (CONDE; VENDRAMINI, 2012). O texto teve como objetivo refletir sobre as circunstâncias em que a exploração do trabalho infantil ocorre na fumicultura catarinense e se relaciona com a escolarização, levando em consideração as especificidades e os aspectos universais a que os trabalhadores do campo estão subordinados a partir de pesquisa realizada em escolas nos municípios catarinenses de São Bonifácio, Imbuia e Canoinhas. Além da discussão da relação do trabalho infantil e a escola, a pesquisa também apresenta como o trabalho da criança se caracteriza como ajuda dentro de casa e nos demais trabalhos familiares;
- Artigo: "A pedagogia no combate ao trabalho infantil no município de Boa Vista" - (LIMA, 2012). O objetivo do estudo foi apresentar a pedagogia utilizada pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em Boa Vista. Para tanto, foi utilizada com enfoque qualitativo e quantitativo entrevista semi estruturada e questionários aos gestores e crianças participantes, avaliando a participação e satisfação dos integrantes e seus familiares. O resultado final mostrou o comprometimento do programa em erradicar o trabalho infantil em Boa Vista e o atendimento às famílias, por meio da educação social;
- Artigo: "Permanências e mudanças na definição intergeracional do trabalho infantil" - (LIMA; ALMEIDA, 2010). O artigo objetivou discutir a percepção de famílias dos grupos populares sobre o significado do trabalho infantil, apontando o enquadramento moral cercado de

ambiguidades e das decisões tomadas pela geração mais velha de adiar a entrada dos filhos em atividades remuneradas. O estudo mostrou que as ambiguidades percebidas são explicadas pela história social das gerações em foco, que se caracteriza pelas transformações que o Brasil passou nas últimas décadas, referente à sua estrutura produtiva, e à sua organização legal e espacial;

- Artigo: “Controvérsias sobre a anunciada redução da exploração do trabalho infantil no Brasil e em Santa Catarina” - (CONDE; VIELLA, 2012). O texto teve o objetivo de problematizar a redução de 42% no número de crianças trabalhadoras no Brasil, anunciada pelo governo federal entre os anos 1995 a 2002, segundo o Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente no Brasil (2005). Para tal, foi realizado o seguinte percurso: descrição das características do trabalho infantil no Brasil e em Santa Catarina, apresentação de argumentos que demonstram que a redução propagada é enganosa e aparente; problematização dos procedimentos metodológicos utilizados e dos limites da fiscalização do Ministério do Trabalho. As atividades realizadas por crianças e os municípios onde elas acontecem, foram apresentadas detalhadamente, concluindo que anunciar a redução sem considerar o aumento da diversificação das atividades desenvolvidas pelas crianças na atualidade, coerentemente com as atuais transformações no mundo do trabalho, é questão controversa. Apesar das crianças não estarem mais no chão da grande indústria, ainda há o trabalho desenvolvido em inúmeras atividades invisíveis à fiscalização, decorrentes das novas formas do trabalho coletivo;
- Artigo: “O avesso dos direitos das crianças: a erradicação do trabalho infantil em debate”- (VIELLA; VENDRAMINI, 2010). O texto apresenta duas perspectivas contraditórias em relação à erradicação do trabalho infantil: a perspectiva da OIT (Organização Internacional do Trabalho) defendendo a sua erradicação e outra contrária a ela, a qual defende a valorização crítica do trabalho realizado pelas crianças, que insiste no protagonismo infantil, isto é, na necessidade de dar voz às crianças dimensionando o que elas têm a dizer sobre o trabalho;

- Artigo: “Escola e trabalho infantil: Reflexões sobre o Papel do Local e do Global na Construção de uma Práxis Emancipadora” - (ABREU, 2010). Este artigo é fruto do início de uma pesquisa que buscou investigar as representações presentes acerca do trabalho para o adolescente cortador de cana. O trabalho teve o objetivo de sinalizar questões presentes na relação educação/trabalho do adolescente cortador de cana e com estas reflexões contribuir para que a busca da compreensão desses fenômenos presentes na região norte-noroeste do estado do RJ faça parte dos estudos nos diferentes espaços. No primeiro momento está situada a relação entre educação e trabalho frente aos desafios das novas tecnologias, como é o caso específico do trabalho na lavoura de cana de açúcar e quanto a Educação, neste caso, longe de significar um instrumento concreto de mobilidade social e de ampliação de expectativas. Em seguida são analisadas as relações estabelecidas entre o adolescente cortador de cana com o trabalho e a escola. Por fim, são apresentadas as propostas que vêm sendo construídas no debate teórico-prático;
- Artigo: “Trabalho coletivo transmutado em ajuda: a contribuição da criança à sobrevivência familiar na atualidade”- (CONDE, 2010). Discutindo a exploração infantil no trabalho, na atualidade, esta pesquisa procurou caracterizá-la e mapeá-la por meio de pesquisa realizada junto ao Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG). O objetivo foi problematizar investigações atuais sobre o objeto de estudo e indicar direções para trabalhos futuros. A pesquisa foi realizada com entrevistas semiestruturadas feitas a 106 responsáveis imediatos por crianças, entre cinco e quinze anos, atendidas na emergência do HIJG. A apreensão do fenômeno exigiu que ultrapassassem as sua aparência imediata, localizando a criança no contexto das relações sociais capitalistas. Não perguntaram diretamente sobre o trabalho que descobriram o trabalho infantil, mas caracterizando a ajuda infantil familiar. Concluiu-se que a exploração da criança no trabalho ocorre em espaços pulverizados integrando o trabalho social abstrato, qualitativamente diferente do que ocorria nos primórdios da Revolução Industrial;



- Artigo: “Exploração do Trabalho Infantil, Espaço Urbano e Sinais de Trânsito: tensões entre ser criança e ter que trabalhar” - (CAMPOS; MARQUES, 2010). O objetivo deste texto foi fomentar discussões relativas à exploração do trabalho infantil no contexto urbano, bem como suas implicações no que diz respeito às tensões entre ser criança e ter que trabalhar, com o intuito de problematizar as condições da presença de uma determinada infância, a infância trabalhadora na metrópole, em especial, a dos “sinais” de trânsito. Procurou também levantar questões referentes à rua como espaço de afirmação da virilidade, a qual se apresenta marcada por códigos e delimitações temporais próprios de um ethos guerreiro, composto por trabalhadores infanto-juvenis masculinos;
- Artigo: “Trabalho Infantil no Brasil contemporâneo”- (CARVALHO, 2008). Este trabalho teve o objetivo de analisar o panorama atual do trabalho infantil na sociedade brasileira, abordando a sua origem, trajetória recente, efeitos sobre as crianças e adolescentes e políticas que vêm sendo desenvolvidas para combatê-lo. Tendo como base as tabulações especiais da PNAD de 2006, o trabalho apresentou a dimensão do fenômeno e como e quais as diferenças da atividade de acordo com o sexo, a residência rural e urbana e as grandes regiões, indicando as condições em que esse trabalho acontece e impactos sobre a educação e a saúde das crianças trabalhadoras. O texto concluiu mostrando como esse é um fenômeno de difícil erradicação, tendo em consideração as condições do desenvolvimento brasileiro;
- Artigo: “Programa de erradicação do trabalho infantil: ações extensionistas e protagonismo”- (ALBERTO, et al., 2012). O artigo objetivou apresentar uma experiência de extensão desenvolvida por estudantes e professores de Psicologia nos Núcleos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) da cidade de João Pessoa. Para realização do trabalho foi utilizado oficinas de literatura, escrita, música, filmes, fotografia, gibis, desenhos, Estatuto da Criança e do Adolescente, conversas em círculos, jogos e brincadeiras. Os resultados mostram que as crianças e os adolescentes do PETI não se veem como sujeitos de direitos, naturalizam a violência e não acreditam em mudanças, porém, apresentam lampejos de resistência, de participação e de ações coletivas;

- Artigo: “A intervenção pública sobre a questão do trabalho infantil: uma reflexão sobre a realidade de Teresina-PI”- (RODRIGUES; LIMA, 2007). Tendo como ponto de partida a compreensão da descoberta do sentimento de infância, entendida como a consciência da particularidade infantil, indicando a partir daí que o trabalho precoce vincula-se às condições de vida das camadas populares; a pesquisa buscou verificar de que forma as mudanças constitucionais introduzidas no campo das políticas públicas e na concepção de infância contribuíram para a formulação de políticas sociais de enfrentamento do trabalho infantil, que alterassem o modelo anterior de tratamento da questão. A partir das ações configuradas em Teresina (PI), no período de 1992 a 2003, verificou-se que as mudanças constitucionais engendraram ações que indicavam um novo tratamento do trabalho infantil; porém, não apresentavam com clareza uma estratégia que direcionasse a uma política de efetivo combate e erradicação dessa forma de trabalho;
- Artigo: “Actividades das crianças e jovens no espectáculo artístico e desportivo: a infância na Indústria do Entretenimento”- (MELRO, 2010). O texto buscou compreender a partir do paradigma crítico da Sociologia da Infância, o papel das crianças que trabalham nas atividades artísticas, considerando-as como parte da indústria do espetáculo e do entretenimento; tendo em vista que, muitas vezes ao discutir sobre o trabalho de crianças no espetáculo artístico, acaba-se criando uma ideia de “senso comum”, imaginando que este mundo artístico é um mundo de glamour, e não são analisados para além da aparência. Pretendeu também, discutir o conceito de trabalho artístico, que é demasiado amplo, até mesmo para exprimir a essência das realidades que o sustentam, desta forma pretendendo contribuir para a análise do Trabalho Infantil Artístico em Portugal, como também desocultar uma realidade que aparece largamente invisibilizada e/ou disfarçada.
- Artigo: “Trabalho infanto-juvenil e formação humana: limites na potência ontológica e banalização do sujeito de direitos”- (FONSECA, 2010). Retomando concepções e práticas sobre o trabalho infanto-juvenil, analisadas na tese da autora e em pesquisas em andamento, para problematizar, na relação trabalho e educação, as possibilidades deste ser

social criança e adolescente, para dar continuidade aos estudos, este artigo investigou uma política de erradicação do trabalho infanto-juvenil e uma rede de proteção inseridas no escopo da proteção integral. A escrita foi organizada em diferentes seções onde discutiu a historicidade do trabalho infanto-juvenil no processo de acumulação capitalista, a produção do Grupo de Trabalho 'Trabalho e Educação', da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) sobre o tema e a atualidade da questão. Assim, os resultados demonstraram o objeto 'trabalho infanto-juvenil' como produto e motor da acumulação que, com *nuances*, permanece funcional ao capital, e as sucessivas reestruturações produtivas associadas aos modos de gestão do Estado enfraquecem os movimentos na legislação trabalhista em nível internacional e, no caso brasileiro, os avanços representados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que mantém e aprofunda essa chaga social;

- Artigo: “O impacto do trabalho infantil no setor agrícola sobre a saúde”- (NICOLELLA; KASSOUF; BARROS, 2008). O objetivo desse artigo foi verificar se o trabalho infantil no setor agrícola produz impacto negativo sobre a saúde. Para a análise foram utilizadas as PNADs (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios) de 1998 e 2003, que trazem suplemento especial sobre saúde, empregando a técnica econométrica de pseudo-painel. Assim, em 1998 foram consideradas as crianças de 5 a 15 anos e em 2003 crianças de 10 a 20 anos. O estudo revelou que, para os indivíduos economicamente ativos, não diferem a atividade no setor agrícola e o trabalho de risco no setor agrícola dos outros setores, ou seja, consideram que o trabalho realizado no setor agrícola não impõe um maior desgaste à saúde em relação aos outros setores da economia. Portanto, se considerados todos os indivíduos economicamente ativos, os resultados mostram que o trabalho agrícola não afeta a saúde e que o trabalho não-agrícola tem impacto negativo. Diante disso, acredita-se que a atuação do governo deve ser setorial, buscando uma melhoria no acesso ao sistema de saúde, bem como aos medicamentos, e a promoção da educação materna com relação à saúde.

Os trabalhos encontrados na ANPed, a maioria dos títulos não apresentava o termo “Trabalho Infantil”, mas haviam algumas sentenças que indicavam uma possível abordagem da temática discutida como trabalho infanto-juvenil e família, sendo assim necessária a leitura do resumo. Diante disso temos o seguinte resultado:

No GT 07 – Educação de crianças de 0 a 6 anos - 181 trabalhos foram apresentados e para a temática da pesquisa somente um artigo abaixo descrito:

- “Infância: sentidos e significados atribuídos por familiares e educadoras de creche” apresentado por Denise Silva Araújo – na 32ª reunião da Anped que aconteceu entre os dias 04 a 07 de Outubro de 2009. Decorrente de uma pesquisa que analisa os significados e sentidos de infância atribuídos por educadores e familiares de crianças de uma instituição filantrópica, utilizando o método sócio-histórico-dialético; este trabalho propôs-se uma abordagem qualitativa, no processo investigativo e no tratamento das informações, obtidas, principalmente, por uma entrevista semi-aberta dirigida a familiares e educadoras de creche. Para a análise de conteúdo foram definidas as seguintes categorias: concepção idealizada de infância; o lúdico como elemento constituidor da natureza infantil; trabalho infantil como negação desta etapa da vida; a infância e a rua; infância e sociedade de consumo. Os resultados permitiram mostrar os sentidos atribuídos à infância e relacionar as semelhanças e diferenças entre os significados construídos, em suas trajetórias individuais e sociais. Com relação ao trabalho infantil, o texto apresenta que por mais avançadas que sejam as leis de proteção à infância, a exploração do trabalho da criança, que está caracterizado no modo de produção capitalista, encontra formas de se reproduzir, apesar do custo para a sociedade acarretado pela exploração do trabalho infantil.

No GT 09 - Trabalho e Educação - 147 trabalhos foram apresentados, dos quais quatro abordavam a temática, sendo que um já havia sido encontrado no portal da Capes e SciELO:

- Artigo: “A escola e a exploração do Trabalho Infantil na fumicultura Catarinense” apresentado por Soraya Franzoni Conde – na 35ª reunião da Anped que aconteceu entre os dias 21 e 24 de Outubro de 2012;
- “Notas de pesquisa sobre o trabalho infantil no contexto do trabalho familiar” apresentado por Miriam de Oliveira dos Santos – na 32ª reunião da Anped que aconteceu entre os dias 04 a 07 de Outubro de 2009. Esse trabalho buscou analisar a inserção da criança no mundo do trabalho através do trabalho familiar urbano, visando demonstrar que muitas vezes ao analisar as políticas públicas em relação ao trabalho infantil foi observado um descompasso entre as concepções de trabalho dos agentes do poder público e dos pais das crianças. O trabalho é visto como um aprendizado em determinadas camadas, e muitas vezes o trabalho infantil é pensado como uma forma de aprender um ofício e como ajuda para a família, sendo então, um meio de transmitir conhecimentos aos filhos, por vezes, considerado mais útil do que o conhecimento aprendido na escola, pois, esses nem sempre condizem com a realidade das crianças;
- “Trabalho infanto-juvenil: concepções, contradições e práticas políticas” apresentado por Laura Souza Fonseca – na 33ª reunião da Anped que aconteceu entre os dias 17 e 20 de Outubro de 2010. Este trabalho teve como objetivo analisar concepções, contradições e práticas sobre o trabalho infanto-juvenil, tendo como empiria três políticas protetivas ao infanto-juvenil: escola, socioeducativo e fórum de erradicação do trabalho infantil; dialogando com a produção do GT Trabalho e Educação da ANPEd sobre a temática. Conclui-se que concepções e práticas impõem dificuldades ao entendimento e à superação da contradição principal do fenômeno – crianças e adolescentes inseridos de precocemente e/ou desprotegidas no mundo do trabalho – a perda da potência ontológica do trabalho. Uma vez que, no corte geracional, o trabalho, pode ser mutilador do presente e de futuro e, como também, reproduzir um passado familiar;
- “As soluções para a exploração do Trabalho Infantil no Brasil” apresentado por Soraya Franzoni Conde – na 36ª reunião da Anped que

aconteceu entre os dias 29 de Setembro e 02 de Outubro de 2013. – Este artigo teve como objetivo refletir sobre as soluções encontradas para o problema da exploração do trabalho infantil no Brasil. Para tal, foram apresentadas as atuais políticas destinadas à eliminação do trabalho infantil no Brasil: legislação, políticas de transferência de renda e de escolarização. Foi também, apresentada, por meio de dados do IBGE, a persistência da exploração do trabalho infantil no Brasil. Percebeu-se que o trabalho de crianças é proibido pela legislação, a escola torna-se obrigatória e as políticas de transferência de renda “jorram água em cesto” (OLIVEIRA, 2003). Não obstante, a exploração do trabalho infantil persiste.

Resumindo este capítulo, após realizarmos uma pesquisa em busca de trabalhos acadêmicos nas três principais bibliotecas virtuais do país (Capes, SciELO e ANPED) das diversas produções apresentadas nos portais no período de 2007-2016, conseguimos encontrar 36 trabalhos que abordassem o tema de pesquisa, sendo que nem todos seria possível classificar caso tivéssemos analisado apenas o título da produção, por isso, os termos utilizados como palavras-chave foram fundamentais para que pudéssemos encontrar as produções levantadas, como também, se fez necessário a leitura dos resumos.

Fizemos uma tabela (que se encontra como apêndice) para sistematizar as produções encontradas e assim aprimorar as análises acerca das produções. A partir da sistematização dessa tabela, percebemos que em algumas produções são discutidas a questão da relação da cultura familiar e o trabalho infantil. Nestas pesquisas são realizadas entrevistas com famílias participantes do PETI, com intuito de compreender como elas entendem o trabalho da criança e qual a eficácia desse programa na erradicação do trabalho infantil. No entanto, embora estas produções abordem a discussão da percepção da família sobre o trabalho infantil, notamos que o termo família não é apresentado como uma palavra-chave, portanto, não está apresentada essa questão no resumo do trabalho. Diante disso, apenas pelo resumo não é possível saber que a relação trabalho infantil e família é um objeto de estudo dessa produção, evidenciando assim, a importância das palavras-chave.

Ao pesquisarmos a metodologia utilizada nas produções para sistematização da tabela, percebemos que não é todas as pesquisas que fica claro a metodologia utilizada

para realização dessa pesquisa. Embora, em algumas dessas pesquisas sejam apresentadas algumas estratégias metodológicas, nem sempre é explicado qual a abordagem utilizada. Diante disso, apontamos que para a realização de uma pesquisa é importante terem uma maior definição dos objetivos, da metodologia, dos procedimentos utilizados e dos referências teóricos para possibilitar ao leitor um melhor entendimento do desenvolvimento da pesquisa, pois em alguns momentos encontramos dificuldades para a localização desses elementos, por aparecerem de forma muito diluídas dentro do texto.

Entre alguns dos autores mais utilizados como fundamentação teórica das produções encontradas, estão: KASSOUF, 2005; MARX, 1867; THOMPSON, 1987; HARTLEY, 2002, ROBAZZI, 2001; FRIGOTTO, 1999; entre outros. Kassouf é uma autora muito discutida nas pesquisas levantadas, assim como, também está entre as autoras das produção acadêmicas encontradas nos portais.

Durante a análise das produções encontradas, percebemos que estas se convergem com o que foi discutido no primeiro capítulo desse trabalho, quanto o trabalho como uma importante alternativa para a retirada das crianças da rua, o trabalho como principio educativo, os impactos que este causa na criança e no adolescente, sem deixar de mencionar as condições financeiras e a contribuição da criança para suprir as necessidades.

Nas pesquisas encontradas, há uma tendência em entender a influência da estrutura familiar como um dos fatores determinantes do trabalho infantil. De acordo com os estudos os pais que não possuem instrução, que tem um histórico de uma precoce exploração da sua força de trabalho, e filhos de mães solteiras são propensos a também vivenciar o trabalho precocemente. O ensino e a proteção de seus filhos às vezes aparecem quase tão importantes quanto o suprimento das necessidades, como justificativa do ingresso da criança no trabalho.

O trabalho doméstico é mencionado, reafirmando o que discutimos no primeiro capítulo deste trabalho, ou seja, um trabalho desenvolvido por crianças e adolescentes dentro de suas casas que assume forma de ajuda, portanto, um trabalho com caráter de invisibilidade. Crianças e adolescentes de ambos os sexos realizam as atividades domésticas e o cuidado dos irmãos, porém, é mais propenso que as meninas realizem tais atividades.

As pesquisas apontam para a reafirmação do direito das crianças, como esse deve estabelecer estratégias de ação no sistema que garanta a prevenção e erradicação

do trabalho infantil. As políticas públicas são citadas e apresentadas em formas de programas sociais como meios de enfrentamento ao problema social trabalho infantil. Segundo os estudos, tais programas são eficazes no combate a exploração da força de trabalho da criança, no entanto, indicam que ainda assim, há a necessidade de maior colaboração da família juntamente com o Estado, a sociedade e a iniciativa privada, na criação de políticas públicas voltadas para a redução do trabalho infantil.

De acordo com a leitura dos resumos, percebemos que, com o intuito de saber quais as mudanças proporcionadas pelos programas sociais, os pesquisadores realizaram entrevistas junto aos coordenadores, professores, famílias e participantes dos programas, e constatou-se que a participação em programas sociais contribui para a elevação da frequência escolar. No entanto, ressaltam que apesar das crianças estarem inseridas como participantes, outros fatores contribuem para a inserção no mercado de trabalho, além da pobreza.

Além do prejuízo imediato, como cansaço, fadiga, sobrecarga e comprometimento das atividades escolares e de lazer, o trabalho infantil acarreta consequências futuras para a vida das crianças e adolescentes explorados.

Diante dos dados aqui apresentados sobre o que dizem a literatura e as produções científicas, seguimos às considerações finais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de levantar e conhecer as produções acadêmicas a cerca do Trabalho Infantil recorreremos aos sites da Capes, SciELO e ANPEd para essa busca, como também fizemos uma revisão bibliográfica a respeito do tema discutido.

Por meio da revisão bibliográfica foi possível destacar que as questões que deram origem ao trabalho infantil não são recentes, e que, embora a sua constituição seja anterior ao capital, quando o sistema capitalista é instaurado e ocorre a criação do sistema de fábricas, ocorre o emprego da força de trabalho. Parte dos trabalhadores são trocados por máquinas, aumenta a procura por uma força de trabalho barata e é dispensada assim, a necessidade do uso de uma força muscular. Ademais as discussões em torno da família, da cultura e da educação são fatores que contribuem para a inserção do menor no mercado de trabalho.

O levantamento das produções acadêmicas nos indica como as influências familiares, as questões econômicas e culturais perpassam o objeto de estudo, que os filhos da classe trabalhadora dependem da flexibilidade da escola para a continuidade dos estudos, e que, apesar das crianças não estarem no chão da fábrica, ainda há trabalho realizado em outros lugares.

Embora os discursos populares justifiquem o trabalho infantil como educativo e preparador para o mercado de trabalho, as crianças que trabalham realizam essa atividade para prover o seu sustento e o da sua família, e assim, colaborando mesmo que indiretamente, para a produção da mais-valia. É evidente que não podemos atribuir exclusivamente às famílias a “culpa” por permitir, incentivar e necessitar que a criança e o adolescente trabalhem, mas precisamos problematizar essa questão, pois, se a família precisa, onde tem necessidade de complementar a renda, tem criança trabalhando. Ao levar as crianças para a agricultura para acompanhá-los, estão expondo a criança aos riscos dessa atividade, pois ela está inalando agrotóxicos e corre o risco de um acidente com uma máquina ou um animal. Cabe ressaltar, que, se a família compreendesse que o trabalho realizado pela criança não é um trabalho de ajuda e sim de exploração, ainda assim não é possível afirmar que poderia ser solucionado e que haveria uma redução da exploração da criança, pois, se o trabalho da criança parte da necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família, compreender não seria suficiente para erradicação da exploração da força de trabalho infantil.

O trabalho infantil no meio familiar é um tipo de trabalho que não compete com a escola, pois a criança vai para escola e continua trabalhando, todavia, isso não significa que ela de fato tenha tempo para se dedicar aos estudos.

Percebemos que o trabalho infantil aparece relacionado à pobreza, e desta forma, revela um recorte de classe. Indicam que a criança pobre tem a maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho, sendo uma prática forçada, uma condição de vida das camadas populares. No entanto, nas produções encontradas nem sempre é explicado, que na verdade, essa pobreza é produto da desigualdade social do capitalismo, é produto da produção da riqueza do sistema capitalista, que as crianças pobres, na verdade, são os filhos da classe trabalhadora. De acordo com os estudos, vimos que o capitalismo começa a explorar as crianças por conta da necessidade do sistema em reduzir seus gastos de produção e, com isso, aumentar a produção da mais-valia, e não é porque os pais não são escolarizados. Há pessoas qualificadas que ainda assim estão subempregadas, pois encontrar um bom trabalho não depende apenas da escola, embora o discurso ideológico faça as pessoas acreditarem que o desemprego é devido a baixa escolarização.

As pesquisas indicaram constantemente a participação de instâncias executivas e legislativas a fim de desenvolver políticas de prevenção e combate ao trabalho infantil. O problema do trabalho infantil não é um problema de fiscalização, nem de denúncia e nem de interferência do Estado. O problema do trabalho infantil é a produção da miséria que é uma condição indispensável da ordem de funcionamento do capitalismo. É um problema relacionado as formas capitalistas de produção onde as dimensões econômicas, políticas e culturais estão imbricadas na origem da exploração das crianças no trabalho. À medida que o capitalismo explora as pessoas, cria uma contradição inerente que é a produção de desempregados todos os dias para aumentar suas fontes de lucro e da exploração da mais valia.

Portanto, compreendemos que as políticas de enfrentamento não são suficientes para a erradicação do trabalho infantil, pois não dão conta de conter a produção de miséria. Diante disso, no modo de produção capitalista, não há solução para o problema do Trabalho Infantil, pois o capitalismo inaugura à exploração humana e, nesta, a da criança.

Diante do tema discutido na pesquisa que realizamos, ressaltamos a importância desta pesquisa, para contribuir com o conhecimento desta temática. Apontamos a necessidade de mais produções que tenham esse tema como objeto de investigação, a

fim de tornar esse assunto mais discutido e de conhecimento como um problema que envolve toda a sociedade.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Carolina de Cássia Ribeiro de. Escola e trabalho infantil: Reflexões sobre o Papel do Local e do Global na Construção de uma Práxis Emancipadora. **Revista Vértices**, [s.l.], v. 2, edição especial , p.13-18, maio 2010. Disponível em: <<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.19990009>>. Acesso em: 24 out. 2017.

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira et al. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: Ações Extensionistas e Protagonismo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.], v. 32, n. 2, p.516-531, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32n2/v32n2a18.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

ARAÚJO; Denise Silva. Infância: sentidos e significados atribuídos por familiares e educadoras de creche. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 32ª, 2009, Caxambu. **Anais da ANPED**. Caxambu GT07, ANPED, 2009. Disponível em: <<http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT09-5567--Int.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2107.

ARROYO, Miguel G. A infância repõe o trabalho na agenda pedagógica. In: **Trabalho infância: exercícios tensos de ser criança: haverá espaço na agenda pedagógica?** / Miguel G. Arroyo, Maria dos Anjos Lopes Viella, Maurício Roberto da Silva (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 37.

BOGDAN, Robert C., BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL, Agência. **Brasil registra aumento de trabalho infantil entre crianças de 5 a 9 anos**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-06/brasil-registra-aumento-de-casos-de-trabalho-infantil-entre>>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio; BATISTA, Natália Ferreira. Impactos do programa Bolsa Família Federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **R. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.269-301, maio 2010.

CAMPOS, Túlio; MARQUES, Walter Ernesto Ude. Exploração do trabalho infantil, espaço urbano e sinais de trânsito: tensões entre ser criança e ter que trabalhar. **Revista Pedagógica - Unochapecó**, Chapecó, v. 12, n. 24, p.31-56, maio 2010. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/604/397>>. Acesso em: 24 out. 2017.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. **Caderno CRH**, Salvador, v. 54, n. 21, p.551-569, set. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/10.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

CONDE, Soraya Franzoni. **As soluções para a exploração do trabalho infantil no Brasil**. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 36ª, 2013, Goiânia-GO. **Anais da ANPED**. Goiânia GT09, ANPED, 2013. Disponível em: <[http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt09\\_trabalhos\\_pdfs/gt09\\_3146\\_texto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt09_trabalhos_pdfs/gt09_3146_texto.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2017.

CONDE, Soraya Franzoni. Trabalho coletivo transmutado em ajuda: a contribuição da criança à sobrevivência familiar na atualidade. **Revista Pedagógica - Unochapecó**, Chapecó, v. 12, n. 24, p.59-80, jan. 2010. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/605/398>>. Acesso em: 24 out. 2017.

CONDE, Soraya Franzoni. **A escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense**. 2012. 191 f. Tese (Doutorado em Educação) - Curso de Centro de Ciência da Educação, Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CONDE, Soraya Franzoni; VENDRAMINI, Célia Regina. A escola e a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 32, n. 3, p.977-996, set. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2014v32n3p977/29916>> . Acesso em: 24 out. 2017.

CRUZ, Maria Núbia Alves; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Estrutura e Organização do Trabalho Infantil em Situação de Rua em Belo Horizonte, MG, Brasil. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p.131-142, 2008.

DELLAZZANA, Letícia Lovato; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. Um Dia na Vida de Irmãos que Cuidam de Irmãos. **Psicologia:: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. 4, p.595-603, out. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n4/03.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

DINIZ, Michelle dos Santos et al. A prática do trabalho infantil entre os beneficiários do programa bolsa-escola belo horizonte: um estudo sobre os determinantes sociodemográficos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p.149-169, jan. 2012.

ENGELS. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo, Expressão Popular, 2004, p.13-34.

FERRAZ, Lucimare; GOMES, Mara H. de Andréa. Uma existência precarizada: o cuidado da prole no trabalho de catação de material reciclável. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 3, p.652-662, out. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v27n3/11.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017.

FERREIRA, Norma S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. p. 257-272. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

FONSECA, Laura Souza. Trabalho infanto-juvenil e formação humana: limites na potência ontológica e banalização do sujeito de direitos. **Trab. Educ.saúde**, Rio de

Janeiro, v. 8, n. 1, p.137-153, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v8n1/08.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2017.

FONSECA, Laura Souza. Trabalho infante-juvenil: concepções, contradições e Práticas políticas. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 33ª, 2010, Caxambu. **Anais da ANPED**. Caxambu GT09, ANPED, 2010. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT09-6715--Int.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2017.

**IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2015**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

KASSOUF, Ana Lúcia. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p.323-350, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v17n2/v17n2a05.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017.

KASSOUF, Ana Lúcia; SANTOS, Marcelo Justus dos. Trabalho infantil no meio rural brasileiro: Evidências sobre o "paradoxo da riqueza". **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 14, n. 3, p.339-353, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v14n3/04.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

LIMA, Adriana Carnielli de; ALMEIDA, Ana Maria F.. Permanências e mutações na definição intergeracional do trabalho infantil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p.347-369, abr. 2010.

LIMA, Aline dos Santos. Potencialidades e limites do programa de erradicação do trabalho infantil (peti) no território do sisal/brasil. **R. Inter. Interdisc. Interthesis**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p.218-240, jan. 2009.

LIMA, Lysne Nôzenir Camelo de. A PEDAGOGIA NO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, São Paulo, v. 7, n. 4, p.51-61, nov. 2012. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/6286/4697>>. Acesso em: 24 out. 2017.

LÍRIO, Viviane Silva et al. Determinantes da inserção precoce no mercado de trabalho em Viçosa, MG: Uma abordagem econométrica. **Race**, [s.l], v. 12, n. 2, p.525-542, jul. 2013. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/2474/pdf>>. Acesso em: 22 out. 2017.

MANACORDA, Mário A. **Marx e a Pedagogia moderna**. Campinas: Ed. Alínea, 2007.

MANTOVANI, Aline Madia. Trabalho infantil e desenvolvimento na perspectiva de profissionais da educação e famílias. 2012. 155 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/92259>>. Acesso em: 22 out. 2017.

MARCHI, Rita de Cassia. Trabalho infantil: representações sociais de sua instituição em Blumenau/SC. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 47, p.249-265, jan. 2013.

Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602013000100013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602013000100013)>. Acesso em: 22 out. 2017.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. O AGRONEGÓCIO E O PROBLEMA DO TRABALHO INFANTIL. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 35, p.189-206, fev. 2010.

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Situação de mendicância, trabalho precoce e prostituição infantil envolvendo crianças e adolescentes em Londrina, Estado do Paraná - 2006. **Acta Scientiarum. Health Sciences**, Maringá, v. 31, n. 1, p.23-29, fev. 2009.

MELRO, Ana. Atividades das crianças e jovens nos espetáculos artísticos e desportivo: A infância na indústria de entretenimento. **Revista Pedagógica - Unochapecó**, Chapecó, v. 12, n. 24, p.9-29, mai. 2010. Disponível em: < <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/603/396>>. Acesso em: 24 out. 2017.

MESQUITA, Shirley Pereira de; RAMALHO, Hilton Martins de Brito. Trabalho infantil no Brasil urbano: qual a importância da estrutura familiar? **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p.97-134, abr. 2015.

MOURA, Analice Schaefer de; COSTA, Marli M. M. da. Projovem adolescente enquanto política pública socioeducativa no combate ao trabalho infantil. **Revista Jovens Pesquisadores**, Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 1, p.107-117, 2015.

MOURA, Analice Schaefer de; COSTA, Marli M. Moraes da. Trabalho infantil como empecilho ao desenvolvimento das crianças e adolescentes e a promoção do trabalho decente. **Revista Jovens Pesquisadores**, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 3, p.138-149, 2014.

NICOLELLA, Alexandre Chibebe; KASSOUF, Ana Lúcia; BARROS, Alexandre Lahóz Mendonça de. O impacto do trabalho infantil no setor agrícola sobre a saúde. **RESR**, Piracicaba, Sp, v. 46, n. 3, p.673-701, jul. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/resr/v46n3/v46n3a05.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2017.

NOGUEIRA, Maria A. Educação, saber, produção em Marx e Engels. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990, p. 23-41.

OIT. **Mundo tem 40 milhões de pessoas na escravidão moderna e 152 milhões de crianças no trabalho infantil.** Disponível em: <[http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_575482/lang--pt/index.htm](http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_575482/lang--pt/index.htm)>. Acesso em: 20 set. 2017.

PATRIOTA, Gabriela Fernandes Rocha; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira. Trabalho infantil doméstico no interior dos lares: as faces da invisibilidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p.893-913, set. 2014.

RODRIGUES, Maria Aurenice Mendes Frazão; LIMA, Antonia Jesuíta de. A intervenção pública sobre a questão do trabalho infantil: uma reflexão sobre a realidade de Teresina-PI, após 1988. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p.425-442, jul. 2010. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2326/3256>>. Acesso em: 24 out. 2017.

SANTOS, Miriam de Oliveira. Notas sobre o trabalho infantil no contexto do trabalho familiar. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 32ª, 2009, Caxambu. **Anais da ANPED**. Caxambu GT09, ANPED, 2009. Disponível em: < <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT09-5567--Int.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2107.

SILVA, Jorge Alexandre da. TRABALHO INFANTIL: UMA DISCUSSÃO NO FIO DA NAVALHA. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, São Paulo, v. 7, n. 4, p.51-61, set. 2013.

SILVA, Jorge Alexandre da. **Trabalho infantil**: uma discussão no fio da navalha. 2008. 8 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Assistência Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5113>>. Acesso em: 24 out. 2017.

SILVA, Maurício Roberto da. Abrindo as páginas da exploração do trabalho infantil e da cultura lúdica das crianças empobrecidas. In: SILVA, Maurício Roberto da. **Trama doce-amarga**: (exploração do) trabalho infantil e cultura lúdica. São Paulo: HUCITEC, 2003. p. 27.

SILVA, Maurício Roberto da. Trabalho, infância e cultura lúdica. In: SILVA, Maurício Roberto da. **Trama doce-amarga**: (exploração do) trabalho infantil e cultura lúdica. São Paulo: HUCITEC, 2003. p. 259.

VIELLA, Maria dos Anjos Lopes; VENDRAMINI, Célia Regina. O avesso dos direitos das crianças: a erradicação do trabalho infantil em debate. **Revista Pedagógica - Unochapecó**, Chapecó, v. 12, n. 24, p.119-141, maio 2010. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/607/400>>. Acesso em 24 out. 2017.

VIELLA, Maria dos Anjos; CONDE, Soraya Franzoni. CONTROVÉRSIAS SOBRE A ANUNCIADA REDUÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL E EM SANTA CATARINA. **Revista Pedagógica - Unochapecó**, Chapecó, v. 2, n. 29, p.75-104, jul. 2012. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/1447/808>>. Acesso em: 24 out. 2017.



## APÊNDICE

Título/Ano	Instituição/ Tipo de estudo	Palavras-chave	Metodologia	Principais referenciais teóricos	Principais Conclusões
<p>“Trabalho infantil no Brasil urbano: qual a importância da estrutura familiar?”- (MESQUITA; RAMALHO, 2015).</p>	<p>UFPB/Artigo</p>	<p>Trabalho infantil; estrutura familiar; Brasil urbano.</p>	<p>Análise de dados.</p>	<p>MINAYO-GOMES E MEIRELLES, 1997; EMERSON E PORTELA SOUZA, 2005; BEEGLE ET AL., 2007; PATRINOS; PSACHAROPOULOS, 1997; CAVALIERI, 2002; HEADY, 2003; ILAHI, ORAZEM E SEDLACEK, 2000; KASSOUF, 2005; EMERSON; PORTELA; SOUZA, 2005.</p>	<p>Meninos com 14 anos, cujos pais não possuem instruções, tendem a entrar precocemente no mercado de trabalho. Assim como, crianças oriundas de lares com mães solteiras são mais propensas a trabalharem quando comparadas com crianças de lares biparentais.</p>
<p>“Trabalho infantil doméstico no interior dos lares: as faces da invisibilidade”- (PATRIOTA; ALBERTO, 2014).</p>	<p>UFPB/Artigo</p>	<p>Trabalho infantil, trabalho doméstico, criança, adolescente,</p>	<p>Método qualitativo, levantamento e análise de dados.</p>	<p>MOREIRA; STENGEL, 2003; ALBERTO ET AL., 2006; ARRUDA, 2008; AUED; VENDRAMINI, 2009; SILVA, 2002;</p>	<p>De acordo com os dados, havia um conjunto de atividades desenvolvidas por trabalhador precoce.</p>

		famílias de baixa renda.		ABRAMO, 2004; WHITAKER, 2002.	A realização das atividades domésticas contribuem para o funcionamento do lar. A característica do trabalho doméstico como ajuda e socialização dão um caráter de invisibilidade, não sendo vistos como trabalho.
“PROJOVEM adolescente enquanto política pública sócio educativa no combate ao trabalho infantil” - (MOURA; COSTA, 2015).	UNISC/Artigo	Trabalho infantil, políticas públicas, Projovem Adolescente.	Pesquisa bibliográfica e método hipotético-dedutivo.	SCHMIDT, 2008; CUSTÓDIO; VERONESE, 2007; COSTA; CASSOL, 2008; LEME, 2012; GUIMARÃES, 2012	Os resultados apontam que o Projovem Adolescente se caracteriza como uma importante política pública de combate ao trabalho infantil. Contudo, para garantir maior abrangência das políticas públicas direcionadas à infância é preciso uma maior colaboração entre família, Estado e sociedade, em conformidade com o

					art. 227 da Constituição Federal.
<p>“A prática do trabalho infantil entre os beneficiários do Programa Bolsa-Escola Belo Horizonte: um estudo sobre os determinantes sociodemográficos”- (DINIZ et al., 2012).</p>	UFMG/Artigo	Trabalho infantil, Programa Bolsa-Escola, Programas de transferência de renda.	Estudo transversal.	PERO & SZERMAN, 2005; CARVALHO, 2004; AGUIAR; ARAÚJO, 2002; LAGARDE ET AL., 2007; ÁVILA, 2007; FRANKLIN ET AL., 2001; CARDOSO; SOUZA, 2003; FERREIRA, 2001; OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001.	Observou-se relação positiva entre a ocorrência de trabalho infantil e o maior número de pessoas na casa. Apesar da consolidação do programa, o trabalho infantil continua presente entre os bolsistas. Além da pobreza, outros fatores podem contribuir para o trabalho infantil.
<p>“Trabalho Infantil como empecilho ao desenvolvimento das crianças e adolescentes e a promoção do trabalho decente” - (MOURA; COSTA, 2014).</p>	UNISC/Artigo	Direito contra exploração, políticas públicas intersetoriais, trabalho infantil.	Pesquisa bibliográfica e método hipotético-dedutivo.	NESSE VIÉS; LIBERATI; DIAS, 2006; GUIMARÃES, 2012; COSTA; CASSOL, 2008; RIZZINI ET AL., 1996; CUSTÓDIO, VERONESE, 2007; CUSTODIO et al., 2010; NOBRE, 2003.	Necessidade de implementação de instrumentos por parte do Estado capazes de viabilizar os direitos e garanti-los. Ou seja, políticas públicas intersetoriais, que, no caso dos direitos das crianças e dos adolescentes, devem

					contar com a participação do Estado, da sociedade, da família e da iniciativa privada.
“Impactos do programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar” - (CACCIAMALI; TATEI; BATISTA, 2010).	USP/Artigo	Programa Bolsa Família, trabalho infantil; frequência escolar; programas de transferência de renda com condicionalidades.	Análise de dados.	FERRO; KASSOUF, 2005; CARDOSO; SOUZA, 2004; SCHWARTZMAN, 2005; SOARES, 2004; DURYEA; MORRISON, 2004; BOUILLON; TEJERINA, 2006; BATISTA; CACCIAMALI, 2007; CACCIAMALI; TATEI, 2008; SOARES ET. AL, 2006.	O Programa Bolsa-Família é eficaz em elevar a frequência escolar das crianças. As crianças residentes em áreas rurais apresentam piores condições em relações àquelas situadas em áreas urbanas, necessitando assim, de ações específicas a seu favor.
“O que conhecemos sobre o trabalho infantil?” - (KASSOUF, 2007)	USP/Artigo	Trabalho infantil, Causas, Consequências.	Análises empíricas.	MARSHALL, 1920; PIGOU, 1932; MARX, 1867; BURRA, 1997; ROSENZWEIG, 1981; BASU, 1999; RANJAN, 1999; BALAND E ROBINSON, 2000; BASU E VAN, 1998; FORASTIERI, 1997; EMERSON E SOUZA,	A maioria das pesquisas trata o trabalho de crianças como homogêneo, no entanto existem diferenças que devem ser tratadas separadas de acordo com as suas particularidades. Os estudos na sua maioria

				2003; KASSOUF, 2002; PATRINOS E PSACHARAPOULOS, 1994; BARROS; FOX; MENDONÇA, 1997; GROOTAERT, 1998; BHALOTRA; HEADY, 2003; TUNALI, 1997; ROSATI; TZANNATOS, 2000; RAY, 2000; BARROS ET AL., 1994; NAGARAJ, 2002; EDMONDS, 2001; KENNEDY, 2003; CHAMARBAGWALA, 2004; RAVAILLON; WODON, 2000.	aborda o lado da oferta do trabalho infantil, porém é preciso analisar também o lado da demanda. Compreender os motivos pelos quais as crianças são contratadas e seus efeitos na estrutura e no lucro das empresas e nos salários e nível de emprego do trabalhador adulto é primordial.
“Potencialidades e limites do programa de erradicação do trabalho infantil (PETI) no território do sisal/Brasil” - (LIMA, 2009).	UFSC/Artigo	Trabalho infantil, Política pública, Sisal.	Levantamento e análise bibliográfica.	ARIÈS, 1978; THOMPSON, 1987; LEAL, 1996; RIZZINI, 2002; ANTUNIASSI, 1983; AZEVEDO ET AL., 2000; SCHWARTZMAN, 2001; ARAÚJO, 2000; ARRETCHE, 2000; LOURENÇO, 2005; RAMOS; ALMEIDA, 1997; RAMOS &	Apesar impasses encontrados a criação do PETI é vista como fortificante, especialmente para o Território do Sisal. A proposta de educação integral foi para muitos beneficiários uma novidade e exemplo de cidadania.

				NASCIMENTO 1997.	
“Situação de mendicância, trabalho precoce e prostituição infantil envolvendo crianças e adolescentes em Londrina, Estado do Paraná – 2006” - (MARTINS; JORGE, 2009)	UFMG-USP/Artigo	Criança, adolescente, trabalho infantil, prostituição, maus-tratos infantis.	Estudo descritivo, de corte transversal, com abordagem quantitativa.	RIBEIRO, 2003; TAJIMA, 2002; HARTLEY, 2002; KESHAVARZ et al., 2002; SHEEHAN, 2003; STRAUS; KANTOR, 2005; SOUZA; MELLO JORGE, 2004; OLIVEIRA et al., 2003; WAISELFISZ, 2004; OLIVEIRA et al., 2003; DATASUS, 2005; OPAS, 2002; ASSIS; CONSTANTINO, 2003; BRITO et al., 2005; DEAN et al., 1995; ASSIS; CONSTANTINO, 2003; SANCHEZ; MINAYO, 2004.	Faz-se necessário a participação da sociedade no combate de tais tipos de violência tão grave para a criança e o adolescente. Deve ser prioritária a participação de todos os segmentos sociais, a fim de formular, acompanhar e avaliar políticas voltadas para a redução do trabalho infantil, da problemática das crianças de rua e, principalmente, da exploração sexual de crianças e adolescentes.
“O agronegócio e o problema do trabalho infantil” - (MARIN, 2010).	UFPR/Artigo	Agronegócio, globalização; trabalho infantil, direitos de infância, exploração.	Análise bibliográfica e documental.	TEUBAL, 1998; MAZZALI, 2000; RUBIO, 2001; SCHMIDT; SOUSA; LIMA, 2006; ROGALSKI, 1997;	Conclui-se que as empresas vinculadas ao agronegócio aderiram aos propósitos de combate ao trabalho infantil em

				<p>BONNET, 1998;  SASTRE; MAYER, 1996;  BOBBIO, 2004;  RODGERS; STANDING,  1983; BEQUELLE;  BOYDEN, 1990;  OLIVEIRA, 1994;  MÉNDEZ, 1998; MARIN,  2005; BONNET, 1999;  KARKOTLI; ARAGÃO,  2004; TENÓRIO, 2004;  DOURADO; DABAT;  ARAÚJO, 1999; NEVES,  1999; HUZAK;  AZEVEDO, 1994;  MATEOS, 1996;  CIPOLA, 2001;  LAMPREIA, 1996;  FALCONER; FISCHER,  1999; CANCLINI, 2006.</p>	<p>virtude da  internacionalização  dos direitos das  crianças e  adolescentes, da  inclusão de cláusulas  sociais nos mercados  internacionais, da  intensificação da  fiscalização do poder  público, do  crescimento de ações  de responsabilidade  social empresarial e  do aumento da  consciência dos  consumidores.</p>
<p>“Estrutura e organização do  trabalho infantil em situação  de rua em Belo Horizonte,  MG, Brasil”- (CRUZ;  ASSUNÇÃO, 2008)</p>	<p>USP/Artigo</p>	<p>Trabalho infantil  de rua, estrutura,  família.</p>	<p>Estudo  observacional de  caráter  exploratório, que  combina técnicas  de observação em  campo com  entrevistas.</p>	<p>CAMPOS E COL, 2000;  LUSK; MASON, 1993;  MARQUES, 2001;  MINAYO-GOMEZ;  MEIRELLES, 1997;  ZALUAR, 2004; ALVES  E COL., 2002;  MENEZES; BRASIL,  1998; SILVA E COL.,</p>	<p>Constatou-se a  influência das famílias  e da comunidade na  execução das  atividades e a  mobilização de  estratégias, com o  intuito de alcançar os  objetivos de trabalho.</p>

				1998; MACIEL E COL, 1997; GODOY, 1995; LÜDKE E ANDRÉ, 1986; TRIVIÑOS, 1987; ZALUAR, 2004; MARQUES, 2001; DIAS E COL., 2002; RIZZINI, 2002; APTEKAR, 1989.	A partir disso, mostrou-se a aceitação e a participação familiar e da sociedade na estruturação do trabalho infantil.
Artigo: “Determinantes da inserção precoce no mercado de trabalho em Viçosa, MG: Uma abordagem econométrica”- (LÍRIO et al., 2013)	UFV; UFSM; UFOP/Artigo	Mercado de trabalho, Viçosa MG, Probit.	Análise de dados.	KASSOUF, 2000, 2007; FRENCH, 2002; CARVALHO, 2009; SHIKIDA et al., 2006.	Análises deste trabalho indicaram que ser negro e do gênero masculino elevava as chances de inserção precoce ao mercado de trabalho, as famílias com mais e estabilidade de renda e mães que tinham um maior de nível de escolarização exercem efeito contrário à probabilidade de ingresso das crianças e jovens no mercado de trabalho, e quanto as famílias com problemas alcoólicos



					predispõem à inserção mais rápida no mercado de trabalho.
“Trabalho infantil: uma discussão no fio da navalha”- (SILVA; BARROS, 2008).	PUCRS/ Recurso Textual/Dissertação	Trabalho Infantil, família, fumicultura.	Materialismo histórico e dialético.	Não especificado no material analisado.	Não especificado no material analisado.
“Um dia na vida de irmãos que cuidam de irmãos”- (DELLAZANNA et al., 2010).	UFRGS/Artigo	Cuidado entre irmãos, adolescentes, famílias de baixa renda.	Levantamento e análise de dados.	CONGER, STOCKER & MCGUIRE, 2009; PEREZ, 2002; TETI, 2001; ZUKOW, 2002; SILVEIRA, 2002; FURMAN, RAHE & HARTUP, 1979; WEISNER E GALLIMORE, 1977; EAST, WEISNER & SLONIM, 2009; HAFFORD, 2010; CARREÑO; AVILA, 2002; SZINOVACZ, 2007; WEISNER, 1987; STEWART; MARVIN, 1984; CICIPELLI, 1994; FERREIRA, 1991; POLETTO e cols., 2004; PEREZ, 2002; AMAZONAS e cols.,	Adolescentes de ambos os sexos cuidam dos irmãos, no entanto, são as meninas as que mais assumem as atividades domésticas, além disso, ficou em evidência que ao ficarem responsáveis pelos cuidados, tinham suas atividades escolares e de lazer prejudicadas.

				2003; LORDELO; CARVALHO, 1989; ROMICH, 2007; LAVILLE; DIONNE, 1999.	
“Trabalho infantil e desenvolvimento na perspectiva de profissionais da educação e famílias” – (MATOVANI, 2012).	UNESP/Dissertação	Trabalho Infantil, Representações Sociais, Profissionais da Educação e Famílias.	Pesquisa qualitativa e quantitativa. Análise de dados.	LIBÓRIO, 2009; GANDIN; HYPOLITO, 2003; PEREIRA, 2008; LEITE, 2000; LEITE; RIZEK, 1997; BARRETO, 2001; PAGANI, 2000; ROCHA, 2004; LIMA, 2009; MOREIRA, 2002; FISCHER, 2002; BARROS, 2008; ARÁN, 2003; NUNES, 2009; DONEGÁ, 2008; FEITOSA; GOMES; GOMES; DIMENSTEIN, 2001; NETO; NEVES; JAYME, 2002; SILVEIRA; ROBAZZI, 2006; SCHWARTZMAN, 2001; SILVA; JUNIOR; ANTUNES, 2002; ALBERTO et al., 2005; BLAGROUGH, 2008; JACQUEMIN, 2004,	Uma diversidade de sentidos envolta nas representações sociais do trabalho infantil, o qual foi percebido como contribuinte ao desenvolvimento social e psicológico, mas também como risco ao desenvolvimento fisiológico e à escolarização, e cabe ressaltar que entre as famílias realçou a presença de ambivalência na compreensão dos impactos do trabalho infantil sobre o desenvolvimento.

				KASSOUF, 2005/2007; MACHEL, 1996; MOREIRA; STENGEL, 2003; SILVA, JUNIOR; ANTUNES, 2002; TRACZYNKI, 2000; SARMENTO, 2005; HUGERLAND ET. AL., 2007; INVERNIZZI, 2003.	
Uma existência precarizada: o cuidado da prole no trabalho de catação de material reciclável” - (GOMES; FERRAZ, 2012).	UNOCHAPECÓ; USP/Artigo	Trabalho Infantil, Catadores de Material Reciclável, Precarização do Trabalho.	Pesquisa qualitativa. Estudo de caso.	ALVES, 2002; FRANKLIN e cols., 2001; ASSIS; AVANCI, 2004; HOUAISS, 2001; MARQUES, 2003; SOUZA, 2001; FERRO; KASSOUF, 2003; OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001; MARQUES, 2003; COCKELL; PERTICARRARI, 2011.	Os pais do estudo tiveram sua iniciação no mundo do trabalho ainda na infância, e assim, não consideram uma atividade danosa. Proteger seus filhos por meio do trabalho é uma motivação quase tão importante para os pais e mães quanto suprir as necessidades financeiras. Por fim, pais e mães consideram a inserção de seus filhos na catação uma forma de cuidado.

<p>“Trabalho infantil: representações sociais de sua instituição em Blumenau/SC” - (MARCHI, 2013).</p>	<p>FURB/Artigo</p>	<p>Trabalho infantil, escola, infância, representações sociais.</p>	<p>Pesquisa qualitativa. Análise de dados.</p>	<p>MINAYO, 1995; ORTIZ, 1983; BOURDIEU, 1983; SCHLEMMER, 2006; SARMENTO, 2002, 2006; ROSEMBERG; FREITAS, 2006; ARIÈS, 1981; FONSECA, 1989; RIZINI, 1993; FAUSTO; CERVINI, 1996; MOURA, 1996; ALVES-MAZZOTTI, 2002; SCHWARTZMAN, 2004; DIEESE, 2001; CERVINI; BURGER, 1996; NEVES, 1999.</p>	<p>As necessidades econômicas influenciam fortemente as ações das crianças e suas famílias. A permanência da criança/adolescente na no PETI tem consequências diretas na sua formação, alargando suas chances educativas.</p>
<p>“A escola e a exploração do Trabalho Infantil na fumicultura Catarinense” - (CONDE; VENDRAMINI, 2012).</p>	<p>UFSC/Artigo</p>	<p>Trabalho Infantil, Escola, Campo.</p>	<p>Pesquisa de campo. Revisão bibliográfica. Análise de dados.</p>	<p>KASSOUF, 2003; MARX, 1988; THOMPSON, 2002; MÉSZÁROS, 2005; OLIVEIRA; 2003; JUNIOR; 2005; FERRO; KASSOUF, 2004.</p>	<p>A exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense acontece em pequenas propriedades agrícolas familiares. O trabalho da criança e do adolescente é confundido com a ajuda às tarefas familiares. Apesar da escola não eliminar</p>

					sozinha o trabalho infantil, essa é o local do não trabalho, onde as crianças e os adolescentes tem garantido um espaço de descanso.
“A pedagogia no combate ao trabalho infantil no município de Boa Vista” - (LIMA, 2012).	UAH/Artigo	Trabalho infantil, Educação social, Família.	Pesquisa quantitativa e qualitativa. Revisão bibliográfica.	CARNEIRO, 1997; FREIRE, 2004; VIEIRA, et al., 2007.	Evidenciou-se a importância da parceria entre escola, família, comunidade e o PETI. Revelou-se o compromisso do PETI na erradicação do Trabalho Infantil. Constatou-se que é fundamental a operacionalização de Programas e Projetos de enfrentamento as questões sociais adequadas à realidade socioeconômica e cultural.
“Permanências e mutações na definição intergeracional	UNICAMP/Artigo	Educação e desigualdade,	Pesquisa de campo.	GIOVANNI, 2002; FONSECA, 2003;	As famílias percebiam com muita clareza,

do trabalho infantil” - (LIMA; ALMEIDA, 2010).		Socialização, Gerações, Trabalho infantil.		LENOIR, 1998; FERREIRA 2001; SILVA, 2000 <sup>a</sup> ; HOEZEL, 2000; CAMPOS; ALVERGA, 2001; AZEVEDO; MENEZES; FERNANDES, 2000; NETO; NEVES; JAYME, 2002.	que a entrada no mercado de trabalho colocava em segundo plano o investimento na escola. Estas famílias, na ausência de uma confiança no futuro construído pela escola, incentivavam seus filhos à entrada no mercado de trabalho desde muito cedo.
“Controvérsias sobre a anunciada redução da exploração do trabalho infantil no Brasil e em Santa Catarina” - (CONDE; VIELLA, 2012).	UFSC/Artigo	Infância. Desigualdades sociais, Trabalho infantil, Transformações no mundo do trabalho.	Análise documental.	BETTO; 2010; SILVER; 2005; CASTRO, 2003; ANTUNES, 2005; OLIVEIRA, 2003; NAVARRO, 2003; CONDE; 2007.	A partir da análise dos documentos nacionais e internacionais é possível perceber uma enorme diversificação de atividades realizadas por crianças e adolescentes em diferentes espaços pulverizados e de difícil visualização. Apesar das crianças não estarem no chão da fábrica, essas, realizam o trabalho

					em outros espaços. Trabalho esse, que é invisível, e assume características familiares dificultando a fiscalização, a contagem e a visualização.
“O avesso dos direitos das crianças: a erradicação do trabalho infantil em debate”- (VIELLA; VENDRAMINI, 2010).	UFSC/Artigo	Trabalho infantil, Protagonismo infantil, Erradicação do trabalho infantil, Direitos das crianças.	Análise documental.	COSTA, 1992; MARX, 2002; MESZÁROS, 2002; SEGNINI 2003; SILVA, 2003; LIEBEL, 2006; LIEBEL, 2001; CUSSIÁNOVICH, 1997; OCHOA, 2003; GOUVEIA, 1983; DELGADO, 2004; SANTOSFILHO, 2007; CHAUI, 2000.	As perspectivas sobre as quais o trabalho infantil tem sido tratado apontam-no como um mal que deve ser eliminado ou como parte da socialização das crianças, independente de seus efeitos. Algumas vezes são ressaltados aspectos positivos, aparecendo nas pesquisas como fonte de orgulho, status e mesmo independência para as próprias crianças, suplementação da renda familiar,

					atividade essencial para as famílias pobres.
“Escola e trabalho infantil: Reflexões sobre o Papel do Local e do Global na Construção de uma Práxis Emancipadora” - (ABREU, 2010).	UENF/Artigo	Não especificado no material analisado.	Pesquisa bibliográfica.	ARROYO, 1998; SAVIANI, 1998; NOSELLA, 1998; NEVES, 1998; KUENZER, 1998; CRUZ, 1999; FRIGOTTO, 1999; SINGER, 1981.	A escola tem se caracterizado como um lócus de seleção, definindo que classe social é “educável”. Ao mesmo tempo constitui-se como um espaço de construção de um projeto transformador, quando compreendida na perspectiva do direito a cidadania.
“Trabalho coletivo transmutado em ajuda: a contribuição da criança à sobrevivência familiar na atualidade”- (CONDE, 2010).	UFSC/Artigo	Exploração infantil no trabalho, Trabalho social abstrato, Trabalho ajuda.	Materialismo histórico-dialético. Pesquisa de campo e revisão bibliográfica.	SILVA, 2003; KASSOUF, 2007; KAULING, 2008.	A exploração do trabalho infantil é transmutada em ajuda, sendo diferenciada do trabalho fabril. A dificuldade encontrada para coletar dados sobre a os casos de trabalho infantil é reflexo da invisibilidade do trabalho social



					abstrato, em um estranhamento individual, coletivo e material.
“Exploração do Trabalho Infantil, Espaço Urbano e Sinais de Trânsito: tensões entre ser criança e ter que trabalhar” - (CAMPOS; MARQUES, 2010).	UFMG/Artigo	Infância. Trabalho, Exploração do trabalho infantil.	Pesquisa de campo.	OLIVEIRA, 2004, CARLOS, 2001; SEABRA, 2004; DEBORTOLI ET AL, 2008; SILVA, 2007; MUNFORD, 1961; OLIVEIRA, 1996; GRACIANI, 2005; SANTOS, 2002; MARIN, 2006; MARTINS, 1993; CAMPOS; ALVERGA, 2001; MOURA, 2002; RIZZINI, 2002; BULCÃO, 2002; PASSETTI, 1991; CASTRO; CASTRO, 2006, MARQUES, 2001; ROCHA, 2006; CAMPOS; DEBORTOLI, 2007; DIMENSTEIN, 1992; MACHADO, 2004; NOGUEIRA, 2006; OLIVEIRA, 1994;	Evidenciou-se que as crianças dos semáforos da metrópole pesquisada se veem na tensão entre ser criança e ter que trabalhar, e a atividade realizada por essas se caracterizava como um território predominantemente masculino. Embora tenha ocorrido algumas mudanças geradas pelo movimento feminista, desde a década de 1960, ainda é constatado a presença da construção social e histórica de um etos viril associado à violência e à dominação, ancorado

					no trabalho explorado.
“Trabalho Infantil no Brasil contemporâneo”- (CARVALHO, 2008).	UFBA/Artigo	Trabalho infantil, crianças e adolescentes, desigualdade social, Brasil.	Pesquisa bibliográfica. Análise de dados.	RIZZINI, 2007; GÓES; FLORENTINO, 2007; GRUNSPUN, 2000; ALVIM; VALLADARES, 1981; DOURADO; DABAT; ARAÚJO, 2007; DOURADO et al., 2007; SOUZA; SOUZA, 2003; CARVALHO, 2004; SARTI, 1996; NEVES, 2004.	A exploração da mão de obra infanto-juvenil tem uma longa trajetória na sociedade brasileira. Embora haja uma proibição legal desse tipo de trabalho, nas condições do desenvolvimento brasileiro, ele parece ser um problema de muito difícil erradicação. Com o intuito de proteger seus filhos dos riscos da sociedade, como o envolvimento com a criminalidade, as famílias tendem a encarar a trabalho precoce como uma forma de organizar o tempo dos filhos e colocá-los no “bom caminho”.
“Programa de erradicação	UFPB/Artigo	Trabalho infantil,	Pesquisa de	ALBERTO et al., 2008;	Embora o programa

do trabalho infantil: ações extensionistas e protagonismo”- (ALBERTO, et al., 2012).		Direitos da criança, Empoderamento. Psicologia social.	campo.	SILVA, 1991; FREIRE, 1974/1996; TEIXEIRA; 2003; TOSI; 2004; ZENAIDE; 2004; LANE, 1995; DIEHL; MARASCHIN; TITTONI, 2006; DA MATA, 1989.	de erradicação tenha contribuído para diminuir as estatísticas do trabalho infantil, esse ainda precisa de avanços, tanto na sistemática das ações socioeducativas quanto nas ações mais próximas da família, pois essas continuam reproduzindo a cultura de que crianças e adolescentes devem trabalhar para evitar que essas sigam para o caminho da marginalidade.
“A intervenção pública sobre a questão do trabalho infantil: uma reflexão sobre a realidade de Teresina-PI”- (RODRIGUES; LIMA, 2007).	UFPI/Artigo	Infância, Trabalho infantil, Políticas sociais, Gestão pública e ações de enfrentamento do trabalho infantil.	Pesquisa bibliográfica. Análise de dados.	DEL PRIORE, 2002; PILOTTI; RIZZINI, 1995; ARIÉS; 1981; POSTER, 1979; DONZELOT, 1986; ALVIM; VALLADARES, 1988; PEREIRA, 2000; DRAIBE, 1990; OLIVEIRA, 1994; COSTA, 1993; BOTELHO, 1993;	As mudanças constitucionais indicaram a construção de estratégias efetivas de combate e erradicação do trabalho infantil, porém, uma análise do conjunto de medidas permitiu perceber a

				ARRETCHE, 2000; SILVA, 2001; DRAIBE, 1990.	inexistência de uma política efetiva, no âmbito municipal.
“Actividades das crianças e jovens no espectáculo artístico e desportivo: a infância na Indústria do Entretenimento”- (MELRO, 2010).	UAb/Artigo	Infância, Trabalho, Trabalho Infantil Artístico.	Pesquisa de Campo.	PAIS, 2003; DEBORD, 1991; SARMENTO, 2004; LEANDRO, 2000; PRONOVOST, apud PINTO, 2000; SILVA, 2003; SANTOS, 2001; WOODHEAD, 1990.	A alegria momentânea de aparecer na mídia é marcante. Trabalhar no meio artístico e ter a possibilidade de ser famoso é aliciante e por isso, acabam deixando de lado reconhecer que esse é um trabalho cansativo e passa a ser encarado como um divertimento.
“ <b>Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o "paradoxo da riqueza"</b> ”- (KASSOUF; SANTOS, 2010).	USP/Artigo	Trabalho infantil, paradoxo da riqueza, área rural.	Pesquisa bibliográfica. Análise de dados.	BASU; TZANNATOS, 2003; BHALOTRA; HEADY, 2003; ROSENZWEIG; EVENSON, 1977; LEVY, 1985, SKOUFIAS, 1994; BASU; VAN-POTTELSBERGE, 1998; KAMBHAMPATI; RAJAN, 2007; RAY, 2000; SKOUFIAS, 1994; NIELSEN, 1998;	Apesar de ter um controle da idade, gênero, raça, efeitos regionais, características da mãe e da família, existe uma diferença na probabilidade de uma criança ou adolescente de 5 a 15 anos trabalhar em atividades agrícolas

				GROOTAERT, 1998; BLUNCH; VERNER, 2000; KAMBHAMPATI; RAJAN, 2007; ROGERS; SWINNERTON, 2003.	devido às diferenças na riqueza familiar. As crianças pertencentes às famílias de agricultores mais ricas têm maior probabilidade de trabalhar precocemente quando comparadas às famílias mais pobres, pois os seus pais ao invés de contratar uma força de trabalho adulta têm maior incentivo para utilizar o trabalho de seus filhos nas atividades agrícolas e pecuárias.
<b>“Trabalho infanto-juvenil e formação humana: limites na potência ontológica e banalização do sujeito de direitos”-</b> (FONSECA, 2010).	UFRGS/Artigo	Trabalho infanto-juvenil, ser social, sujeito de direitos, acumulação por ‘despossessão’, trabalho e formação humana.	Pesquisa bibliográfica.	MARX, 1991; HARVEY, 2004; THOMPSON, 1987; FRIGOTTO, 1989; ARRAIS, 1995; LEITE, 1995; OSOWSKI; GUE MARTINI, 1996; KUENZER, 1991.	Embora crianças e adolescentes tenham seus direitos reconhecidos, as políticas e segmentos constituídos para o controle social de ações inscritas como violação de direitos,

					<p>ao não superarem a mazela social a que se propõem, são, outra vez, violadores de direitos. Apesar de estarem na escola, (pois é um direito) e na jornada ampliada, as crianças e adolescentes que recebem bolsa Peti continuam trabalhando, o que revela que embora essas sejam alcançadas pelas políticas públicas, ainda assim não deixam de ser exploradas de forma precoce.</p>
<p>“O impacto do trabalho infantil no setor agrícola sobre a saúde”- (NICOLELLA; KASSOUF; BARROS, 2008).</p>	<p>USP/Artigo</p>	<p>Trabalho infantil agrícola, saúde, pseudo-painel.</p>	<p>Análise de dados.</p>	<p>PERES et al., 2003; BASU, 1999; RAY, 1999; BALAND; ROBINSON, 1999; CROPPER, 1977; GROSSMAN, 1972; FOGEL, 2004; MUURINEN, 1982; GROSSMAN, 2000;</p>	<p>O trabalho no meio rural não causa impactos distintos na saúde da criança em relação a outros setores de atividades. No entanto, esse resultado não condiz</p>

				<p>ALSAN; BLOOM; CANNING, 2004; EMERSON; PORTELA, 2003; STRAUSS, THOMAS, 1998; SOHN, 2000; O'DONNELL et al., 2002; KASSOUF et al., 2001; GUIFFRIDA et al., 2001; ROSATI; STRAUB, 2004; BECKER; MULLIGAM, 1997; BROWNING; DEATON; IRISH, 1985.</p>	<p>com o senso comum de que as condições de trabalho no campo são piores que na cidade. Os resultados indicam a necessidade das políticas públicas de erradicação e de saúde ligadas à criança serem distintas entre os meios urbanos e rurais. Para os indivíduos que moram no meio rural, trabalhar ou não, não afeta o status de saúde individual. Porém, se o indivíduo morar no meio urbano, trabalhar impacta negativamente na saúde da criança.</p>
<p>“Infância: sentidos e significados atribuídos por familiares e educadoras de creche” apresentado por Denise Silva Araújo</p>	<p>UCG/Artigo</p>	<p>Infância, sentido e significado, creche.</p>	<p>Abordagem qualitativa. Pesquisa de campo. Método sócio histórico-dialético.</p>	<p>NUNES, 1996; VYGOTSKY, 1989; WALLON, 1975; HUIZINGA, 1993; CHATEAU, 1987; KISHIMOTO, 1993;</p>	<p>A fala dos familiares e das educadoras das crianças interiorizam imagens idealizadas da infância, no entanto, demonstram</p>

				NEGRINE, 1994; NUNES, 2003; ELKONIN, 1998; ALVES, 1991; VOGEL; MELO, 1991; MOURA, 1991; SOUSA, 2006.	consciência de muitos problemas vividos na contemporaneidade e estão construindo uma nova concepção de infância. A inserção da criança no mundo do trabalho acontece, necessariamente, pela via da informalidade, visto que as leis trabalhistas proíbem o trabalho infantil. A criança que vende sua força de trabalho submete-se a um trabalho exaustivo que compromete as suas oportunidades de brincar e estudar. Apesar dos avanços das leis de proteção à infância, a exploração do seu trabalho, que caracteriza esse modo de produção, encontra formas de se reproduzir.
“Notas de pesquisa sobre o	UFRRJ/Artigo	Trabalho familiar,	Pesquisa de	MACFARLANE, 1990;	Devido as crianças



trabalho infantil no contexto do trabalho familiar” apresentado por Miriam de Oliveira dos Santos		família, educação.	campo.	WRIGLEY, 1977; FLANDRIN, 1992; STONE, 1990; CASTELLS, 1999; GILDING, 2000; GOFFEE, 1996; SHARMA; CHRISMAN; CHUA, 1996; CAMPOS; ALVERGA, 2001; BOURDIEU, 1979; SCOTT, 1990; DUARTE, 1986; TEDESCO, 2001; LÉVI-STRAUSS, 1980; MARCUSE, 1998; WEBER, 1999; BENEDICT, 1972; WEISHEIMER, 2004; CARNEIRO, 1998; CASTRO, 2005; ABRAMO, 1997; DURSTON, 1994.	trabalharem com os pais e nos horários em que não estão na escola, não existe a percepção de exploração do trabalho infantil. A desistência da escola, principalmente por parte dos rapazes, é percebido não como uma consequência do trabalho, mas sim como uma confirmação que aquilo o que está sendo aprendido na escola não serve para a prática cotidiana. O aspecto econômico não é a única causa de inserção da criança no mercado de trabalho. Portanto, as causas do trabalho infantil são múltiplas e complexas.
“Trabalho infanto-juvenil: concepções, contradições e	UFRGS/Artigo	Exploração do trabalho infanto-	Pesquisa bibliográfica.	HARVEY, 2004; MARX, 1991; THOMPSON,	O sistema capitalista promoveu a expansão

práticas políticas” apresentado por Laura Souza Fonseca		juvenil, concepções e práticas políticas, políticas protetivas.		1987; FRIGOTTO, 1989; FRIGOTTO, 1987; CIAVATTA; FRIGOTTO, 2003; WILTGEN et al., 1998; MARQUES, 1998; FAUSTO; CERVINI, 1991; CIAVATTA E VENDRAMINI; LEITE 1995; ARRAIS, 1995; CIAVATTA, 1994; 1998; OSOWSKI; MARTINI, 1996; SANTOS, 2009; LUKÁCS, 1968.	e o agravamento do trabalho precoce. Concepções e práticas impõem dificuldades ao entendimento e à superação da contradição principal do fenômeno
“As soluções para a exploração do Trabalho Infantil no Brasil” apresentado por Soraya Franzoni Conde	UFSC/Artigo	Exploração do Trabalho Infantil, Políticas Públicas, Escola.	Pesquisa bibliográfica.	HOBSBAWN, 2007; AGUIAR, 2004; PILOTTI; RIZZINI 1995; KLEIN; 2010; KASSOUF; FERRO, 2004; PINCELLI, 2005; MÉSZÁROS, 2001; OLIVEIRA, 2003; MARICATO, 2006.	Apesar da legislação proibir o trabalho de crianças, a escola tornar-se obrigatória, as políticas de transferência de renda tentam resolver o problema ignorando suas origens estruturais. Portanto, a exploração do trabalho infantil ainda persiste. Se o problema do trabalho infantil surge com a

					exploração do mais valor, é preciso atuar para a eliminação dessa premissa.
--	--	--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------